



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA
REPÚBLICA**

**Ofício n.º 657/XII/1.ª – CACDLG /2019
NU: 640342**

Data: 31-07-2019

ASSUNTO: Relatório de Atividades da 4.ª Sessão Legislativa da XIII Legislatura.

Nos termos do n.º 3 do artigo 108.º do Regimento da Assembleia da República, junto envio a Vossa Excelência relatório de atividades da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias referente à 4.ª sessão legislativa da XIII Legislatura, aprovado por unanimidade, na ausência do PEV, na reunião de 29 de julho de 2019.

Com os melhores cumprimentos,

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(Bacelar de Vasconcelos)



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Relatório de Atividades

XIII Legislatura
4.ª Sessão Legislativa



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

INDICE

1. INTRODUÇÃO	3
2. REUNIÕES CACDLG	9
3. ORGANIZAÇÃO INTERNA	10
4. INICIATIVAS LEGISLATIVAS.....	12
5. INICIATIVAS EUROPEIAS	32
6. OUTROS PARECERES/RELATÓRIOS.....	34
7. PETIÇÕES	36
8. AUDIÇÕES.....	40
9. AUDIÊNCIAS.....	44
10. EVENTOS.....	46
VISITAS (3)	ERRO! MARCADOR NÃO DEFINIDO.
11. SUBCOMISSÕES	48
12. GRUPOS DE TRABALHO.....	52

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

1. Introdução

Estando concluída a 4.ª Sessão Legislativa da XIII Legislatura cabe, nos termos regimentais, fazer um relatório da atividade desenvolvida pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

Considerando a continuamente exigente intervenção legislativa, em complexidade e quantidade, de que a Comissão foi incumbida, e a atividade de fiscalização e de aproximação aos cidadãos que constituem suas incumbências específicas, a Comissão não teve oportunidade de concretizar algumas atividades previstas no seu plano de atividades, designadamente todas as visitas ou reuniões externas ali elencadas.

Destacam-se, na sua atividade específica, os pareceres emitidos pela Comissão no exercício das suas exclusivas atribuições de dar parecer sobre a constitucionalidade de iniciativas legislativas e de interpretação e aplicação de normas e integração de lacunas do Regimento, designadamente o parecer relativo à extensão das propostas de alteração apresentadas, pelos Deputados e pelos Grupos Parlamentares, a propostas de lei de autorização legislativa.

Também no exercício de competências exclusivas, a Comissão, através da sua Subcomissão de Ética, aprovou pareceres sobre questões relativas às incompatibilidades, incapacidades, impedimentos, levantamento de imunidades, conflitos de interesses, suspensão e perda de mandato de Deputado, para além de ter verificado as declarações de registos de interesses e de inexistência de incompatibilidades dos Deputados.

A Comissão constituiu o júri do Prémio Direitos Humanos e apreciou as candidaturas respetivas, tendo proposto ao Senhor Presidente da Assembleia da República o Prémio de 2018 propor a atribuição do Prémio Direitos Humanos 2018 à Obra Vicentina de Auxílio aos Reclusos, pela sua atuação junto da população reclusa, bem como a atribuição da medalha de ouro comemorativa do 50.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem à Associação «*Letras Nómadas*», Associação de investigação e dinamização das comunidades ciganas; à Orquestra Geração, vocacionada para combater o insucesso e o abandono escolar através do ensino da

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS
música; e a Joana Gorjão Henriques, autora de reportagens e de obras sobre como se manifestam as desigualdades raciais em Portugal, em diversas áreas (da habitação, ao emprego ou à educação).

Atividade legislativa

A sessão compreendeu um período de extensos debates nas áreas suscitadas pela apresentação das **iniciativas legislativas** de cuja apreciação a Comissão foi incumbida – tendo concluído a apreciação de **101 iniciativas** -, grande parte tendo dado origem à aprovação de Leis da Assembleia da República (nesta data, algumas das quais ainda sob a forma de Decreto da Assembleia da República).

Na apreciação de todas as iniciativas, foi intensificada a interação com as entidades com competência nas matérias legisladas, não só através de pareceres escritos, como de audições.

Das iniciativas legislativas apreciadas, uma parte baixou à Comissão em data coincidente com a da sua apreciação na generalidade em Plenário ou, pelo menos, sem que tivesse sido observado o prazo regimental de 30 dias para a aprovação de parecer.

Tal situação confirmou uma preocupação que já havia sido expressa em anteriores Legislaturas: a da necessidade de cumprimento dos prazos estritos para a apreciação de iniciativas legislativas previstos no Regimento de 2007, designadamente para a elaboração, pela Comissão competente, do parecer prévio à sua discussão e votação, na generalidade, em Plenário.

Com efeito, se é verdade que o RAR admite o *“consenso estabelecido na Conferência de Líderes no sentido de a discussão em comissão parlamentar ou em reunião plenária poder ter lugar com dispensa dos prazos estabelecidos”*, os agendamentos urgentes das iniciativas legislativas surgem em prejuízo da boa qualidade das leis. Tal celeridade não só não permite, em alguns casos, e dificulta, noutros, a elaboração de notas técnicas pelos serviços da AR, como dificulta à Comissão a apreciação da iniciativa, a consulta das entidades interessadas, a elaboração do parecer, que o RAR impõe que seja *“devidamente fundamentado”*, o debate atempado e informado e a

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS consequente decisão legislativa que, para além dos critérios políticos, não pode deixar de ser uma decisão informada.

O cumprimento dos prazos regimentais, salvo ponderosas circunstâncias de oportunidade política, é um pressuposto de uma produção legislativa mais consciente, mais ponderada e mais cuidadosa.

Atividade fiscalizadora

Tendo em vista a apreciação e discussão das matérias objeto das iniciativas apreciadas, e também no âmbito do seu poder de fiscalização da atividade do Governo, a Comissão ouviu, para além dos membros do Governo com competência naquelas áreas, diversas outras entidades especializadas nas matérias em causa ou representativas dos setores envolvidos.

No âmbito da sua competência de acompanhamento das políticas relativas à Justiça, à Administração Interna e à Igualdade e Não Discriminação, a Comissão procedeu à audição dos membros do Governo competentes (como previsto no n.º 2 do artigo 104.º do RAR e na sequência de requerimento), bem como de outras entidades, em diferentes áreas temáticas, quer por incumbência legal, quer a requerimento dos Grupos Parlamentares.

Das audições realizadas na Comissão, na Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação e em grupos de trabalho, para além dos membros do Governo que tutelam as áreas de intervenção da Comissão – Ministra da Justiça; Ministro da Administração Interna e Ministra da Presidência e Modernização Administrativa e respetivos Secretários de Estado –, destacam-se as realizadas a candidatos a vários órgãos constitucionais e externos para os quais a Assembleia da República designa membros – Tribunal Constitucional (uma Juíza), Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal e Conselho Superior de Segurança do Ciberespaço. Foram ainda promovidas diversas audições de entidades e personalidades a propósito quer de processos legislativos em curso, quer a requerimento, quer para apresentação dos respetivos relatórios de atividades, designadamente a Procuradora-Geral da República sobre iniciativas legislativas relativas aos crimes sexuais e de violência doméstica, bem como sobre a adequação do regime de proteção de crianças e jovens em vigor; o Grupo de Trabalho criado pelo Despacho

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS
n.º 3458/2019, para apresentação das soluções tecnológicas para as comunicações de emergência em Portugal, a partir de 1 de julho de 2021; a Provedora de Justiça; o Diretor-Geral de Reinserção e dos Serviços Prisionais; o Inspetor-Geral das Atividades Culturais; o Membro Nacional de Portugal na EUROJUST, Procurador-Geral Adjunto, Dr. António Cluny; o Embaixador Luís Barreira de Sousa, enquanto responsável em Portugal pelo sistema de alerta rápido de campanhas de desinformação que a União Europeia está a implementar; o Observatório Técnico Independente para Análise, Acompanhamento e Avaliação dos Incêndios Florestais e Rurais que Ocorram no Território Nacional; o Professor Doutor Álvaro Santos Pereira, na qualidade de relator do relatório da OCDE sobre as perspetivas económicas para Portugal; o Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN, sobre o relatório anual de 2018; a Associação Sindical dos Juizes Portugueses, sobre a Proposta de Lei n.º 122/XIII; a Entidade Fiscalizadora do Segredo de Estado (EFSE) sobre o Relatório Anual de Atividades relativo ao ano de 2018; a Diretora do Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira sobre a incidência de queixas recebidas de reclusos daquele estabelecimento prisional; o Sindicato dos Magistrados do Ministério Público (SMMP) sobre a Proposta de Lei n.º 147/XIII; a Associação Nacional dos Municípios Portugueses, o Observatório Técnico Independente para Análise, Acompanhamento e Avaliação dos Incêndios, a Autoridade Nacional de Proteção Civil e a Liga dos Bombeiros Portugueses sobre a suspensão da participação dos bombeiros na estrutura da ANPC; o Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa e o Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais sobre os respetivos relatórios anuais.

A Comissão, o Presidente, ou grupos de trabalho concederam **audiências**, tendo a Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação concedido **audiências**.

Aproximação aos cidadãos: petições, correspondência, visitas

No que concerne às **petições** apreciadas pela Comissão, foi concluída a quase totalidade das petições pendentes, todas tendo suscitado diligências de informação e algumas com audição obrigatórias dos peticionantes. A Comissão aplicou as mais recentes alterações legislativas relativas ao exercício do direito de petição, designadamente procedendo à convocação da nota

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS
de admissibilidade em relatório final nos casos em que não se procedeu à nomeação de relator – que passou a ser obrigatória apenas para as petições subscritas por mais de 100 cidadãos.

A Comissão procurou desburocratizar o tratamento do expediente recebido, tendo apreciado vários documentos, muitos dos quais contendo verdadeiras queixas ou reclamações, correspondendo à perceção de que a apreciação daquelas exposições se traduz num esforço de aproximação do poder político aos cidadãos, permitindo, em muitos casos, não só contribuir para resolver problemas individuais, como também detetar eventuais deficiências legislativas nas áreas de ação da Comissão.

A Comissão fez-se representar em eventos externos, tendo ainda a sua Subcomissão a Igualdade e Não Discriminação realizado 8 visitas de trabalho no âmbito da elaboração do relatório sobre racismo, xenofobia e discriminação étnico-racial em Portugal.

Acompanhamento dos assuntos europeus

A Comissão intensificou o acompanhamento de iniciativas legislativas e não legislativas europeias, através da emissão de **relatórios**, de acordo com a nova metodologia aprovada, não tendo permanecido pendentes nenhuma iniciativas, num significativo esforço de apreciação.

No âmbito do acompanhamento dos assuntos europeus, a Comissão participou ainda em reuniões interparlamentares dos parlamentos nacionais dos Estados Membros e do Parlamento Europeu, em Bruxelas, designadamente na relativa ao Dia Internacional da Mulher, subordinada ao tema. "O poder das mulheres na Política", nas reuniões interparlamentares - *Human rights and the external actions of the E.U and Member States* e sobre direitos fundamentais na integração dos ciganos e no combate contra o antagonismo face ao povo cigano, bem como nas reuniões interparlamentares do Grupo Especializado de Controlo Parlamentar Conjunto da Europol, em Bruxelas e em Bucareste.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Eventos

Entre as reuniões realizadas, conta-se a cerimónia de entrega do Prémio Direitos Humanos 2018, bem como as Conferências “Estado de Direito e Segurança” e “Racismo, Xenofobia e Discriminação Ético-Racial em Portugal”, esta última em conjunto com a Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação que promoveu também a Conferência "A Violência doméstica como crime violento" e o Café da Igualdade: "Mulheres, Igualdade e a Europa".

Podem ser consultadas em www.parlamento.pt, na hiperligação da [Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias \(CACDLG\)](#), as seguintes informações:

- ✓ [Competências da Comissão;](#)
- ✓ [Plano de atividades para a 4.ª SL da XIII Legislatura.](#)

Palácio de S. Bento, 29 de julho de 2019

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(Bacelar de Vasconcelos)

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Descrição das atividades desenvolvidas

2. Reuniões CACDLG

Mês	Dia	Total
Setembro de 2018	19 e 26	2
Outubro de 2019	03, 10, 17, e 24	4
Novembro de 2018	06, 08, 13, 14 (2) e 28	6
Dezembro de 2018	5, 10, 11 (MC) * 12, 19 e 20	6
Janeiro de 2019	3, 8, 9 (2), 16, 22, 23, 24, 30 e 31 (MC) *	10
Fevereiro de 2019	6, 12, 13 (2) (MC) *, 20, 26, 27	7
Março de 2019	6, 12, 13, 14, 20, 21 (MC) *, 26 e 27	8
Abril de 2019	02, 03 (2), 10, 16, 23 e 24	7
Maio de 2019	2, 7, 8, 9, 13, 14 (2) (MC)*, 28, 29 e 30	10
Junho de 2019	5, 11, 12, 18, 19, 26 (2), 27	8
Julho de 2019	2, 3 (2), 4, 9, 10, 11, 15, 16 e 29	10
Setembro de 2019		
Total		78

*(MC) – Mesa e Coordenadores

As atas das reuniões da Comissão podem ser consultadas [aqui](#)

**Quadro global de presenças/ausências relativo aos períodos compreendidos entre
19 de setembro de 2018 a 16 de julho de 2019**

TOTAIS RELATIVOS DE 19 SETEMBRO 2018 A 16 JULHO 2019											
Comissão e GP	Presenças					Ausências					Total de reuniões
	Efetivos	Suplentes	Substitutos	Convidados	Total	Faltas Justificadas	Faltas Injustificadas	Trabalho Parlamentar	Faltas	Total	
PSD	522	46	6	8	582	54	22	37	3	116	78
PS	399	88	9	5	501	68	14	77	4	163	
BE	119	0	0	0	119	18	3	3	1	25	
CDS-PP	102	5	1	1	109	17	6	20	0	43	
PCP	53	21	4	1	79	11	4	9	0	24	
PEV	12	0	0	0	12	23	5	20	2	50	
PAN	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Totais	1207	160	20	15	1402	191	54	166	10	421	

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

3. Organização Interna

A CACDLG é [composta](#) por 23 Deputados efetivos e 22 Deputados suplentes, abaixo indicados

MEMBROS EFETIVOS	
Bacelar de Vasconcelos, <i>Presidente</i> José Silvano, <i>Vice-Presidente</i> Telmo Correia, <i>Vice-Presidente e Coordenador do Grupo Parlamentar</i>	PS PSD CDS-PP
Andreia Neto Carlos Abreu Amorim Carlos Peixoto, <i>Coordenador do Grupo Parlamentar</i> Emília Cerqueira Luís Marques Guedes Sandra Pereira Sara Madruga da Costa Teresa Morais	PSD
António Gameiro Catarina Marcelino Elza Pais Fernando Anastácio Filipe Neto Brandão, <i>Coordenador do Grupo Parlamentar</i> Isabel Alves Moreira Pedro Delgado Alves	PS
José Manuel Pureza, <i>Coordenador do Grupo Parlamentar</i> Sandra Cunha	BE
Vânia Dias da Silva	CDS-PP
António Filipe, <i>Coordenador do Grupo Parlamentar</i>	PCP
José Luís Ferreira, <i>Coordenador do Grupo Parlamentar</i>	PEV

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

MEMBROS SUPLENTE	
Amadeu Soares Albergaria Clara Marques Mendes Duarte Marques Fernando Negrão Hugo Lopes Soares Maria Germana Rocha Paula Teixeira da Cruz Rui Cruz Teresa Leal Coelho	PSD
Carla Sousa Carla Tavares Edite Estrela Fernando Rocha Andrade Hugo Carvalho Jorge Lacão Luís Soares Susana Amador Vitalino Canas	PS
António Carlos Monteiro Nuno Magalhães	CDS-PP
Jorge Machado	PCP
Heloísa Apolónia	PEV

Verificaram-se as seguintes alterações na composição da CACDLG:

Data	Início de Atividade				Fim de Atividade			
2018-09-27					LUÍS SOARES	PS	BRAGA	Suplente
2018-09-28	LUÍS SOARES	PS	BRAGA	Suplente				
2018-10-04					LUÍS SOARES	PS	BRAGA	Suplente
2018-10-05	LUÍS SOARES	PS	BRAGA	Suplente				
2018-10-19					LUÍS SOARES	PS	BRAGA	Suplente
2018-10-20	LUÍS SOARES	PS	BRAGA	Suplente				
2018-12-28					DUARTE MARQUES	PSD	SANTARÉM	Suplente
2019-01-03	JOÃO MOURA	PSD	SANTARÉM	Suplente				
2019-01-04	HUGO CARVALHO	PS	PORTO	Efetivo	FERNANDO ROCHA ANDRADE	PS	AVEIRO	Efetivo
					HUGO CARVALHO	PS	PORTO	Suplente
2019-01-08	FERNANDO ROCHA ANDRADE	PS	AVEIRO	Suplente				
2019-02-01					JOSÉ PEDRO AGUIAR BRANCO	PSD	PORTO	Suplente
2019-02-11	DUARTE MARQUES	PSD	SANTARÉM	Suplente	JOÃO MOURA	PSD	SANTARÉM	Suplente
2019-02-18	AMADEU SOARES ALBERGARIA	PSD	AVEIRO	Suplente				
2019-03-20	CATARINA MARCELINO	PS	SETÚBAL	Efetivo	CATARINA MARCELINO	PS	SETÚBAL	Suplente
	HUGO CARVALHO	PS	PORTO	Suplente	HUGO CARVALHO	PS	PORTO	Efetivo
2019-05-09					PEDRO DELGADO ALVES	PS	LISBOA	Efetivo
2019-05-10	PEDRO DELGADO ALVES	PS	LISBOA	Efetivo				

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Data	Início de Atividade	Fim de Atividade
2019-05-16		PEDRO DELGADO ALVES PS LISBOA Efetivo
2019-05-17	PEDRO DELGADO ALVES PS LISBOA Efetivo	
2019-06-05		PEDRO DELGADO ALVES PS LISBOA Efetivo
2019-06-06	PEDRO DELGADO ALVES PS LISBOA Efetivo	
2019-07-01		PEDRO DELGADO ALVES PS LISBOA Efetivo
2019-07-02	PEDRO DELGADO ALVES PS LISBOA Efetivo	

4. Iniciativas Legislativas

Transitaram da 3.ª Sessão Legislativa, as seguintes iniciativas:

- 14 Proposta de Lei
- 33 Projetos de Lei
- 34 Projetos de Resolução

Baixaram à CACDLG, na 4.ª Sessão Legislativa, 79 iniciativas legislativas:

- 20 Propostas de Lei (6 em conexão)
- 43 Projetos de Lei
- 16 Projetos de Resolução

PROPOSTAS DE LEI

Das que transitaram da 3.ª Sessão - 14 Propostas de Lei foram

CONCLUÍDAS

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
PPL 46/XIII/2.ª (GOV)	Altera o exercício da liberdade sindical e os direitos de negociação coletiva e de participação do pessoal da Polícia de Segurança Pública com funções policiais.	16-12-2016 Aprovado em Plenário a 03-02-2017 Requerimento do PS solicitando a baixa à Comissão sem votação, por um período de 60 dias	Deputado Carlos Peixoto (PSD) a 21-12-2016	Lei 49/2019
PPL 47/XIII/2.ª (GOV)	Aprova o Estatuto Disciplinar da Polícia de Segurança Pública.	16-12-2016	Deputado Carlos Peixoto (PSD) a 21-12-2016	Lei 37/2019

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
PPL 112/XIII/3.ª (GOV)	Define a missão e as atribuições da Comissão Nacional de Apoio às Vítimas de Crimes.	7-03-2018 Aprovado em Plenário a 06-04-2018 Requerimento do PS solicitando a baixa à Comissão sem votação, por um período de 60 dias	Deputada Sara Madruga da Costa (PSD) a 14-03-2018	CONCLUÍDA (o proponente não pretende dar seguimento ao processo legislativo)
PPL 116/XIII/3.ª (GOV)	Estabelece o regime da representação equilibrada entre homens e mulheres no pessoal dirigente e nos órgãos da Administração Pública.	22-03-2018 Competente a 1.ª Comissão em conexão com 6.ª, 8.ª, 10.ª e 11.ª Comissões	Deputada Sandra Pereira (PSD) a 28-03-2018	Lei 26/2019
PPL 117/XIII/3.ª (GOV)	Altera a lei da paridade nos órgãos do poder político.	22-03-2018	Deputada Sandra Pereira (PSD) a 28-03-2018	Lei Orgânica 1/2019
PPL 120/XIII/3.ª (GOV)	Assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados.	28-03-2018 Aprovado em Plenário a 04-05-2018 Requerimento do PS solicitando a baixa à Comissão sem votação, por um período de 45 dias	Deputado José Manuel Pureza (BE) a 04-04-2018	CONCLUÍDA Redação Final a 16-07-2019
PPL 122/XIII/3.ª (GOV)	Altera o estatuto dos magistrados judiciais.	6-04-2018	Deputada Emília Cerqueira (PSD) a 11-04-2018	CONCLUÍDA Redação Final a 10-07-2019
PPL 125 XIII 3.ª (GOV)	Aprova as regras relativas ao tratamento de dados pessoais para efeitos de prevenção, deteção, investigação ou repressão de infrações penais ou de execução de sanções penais, transpondo a Diretiva (UE) n.º 2016/680.	26-04-2018	Deputado Carlos Abreu Amorim a 02-05-2018	CONCLUÍDA Redação Final a 16-07-2019
PPL 126 XIII 3.ª (GOV)	Altera o regime jurídico aplicável ao tratamento de dados referentes ao sistema judicial.	26-04-2018	Deputado Carlos Abreu Amorim a 02-05-2018	CONCLUÍDA Redação Final a 10-07-2019
PPL 137/XIII/3.ª (GOV)	Regula a transferência, pelas transportadoras aéreas, dos dados dos registos de identificação dos passageiros, bem como o tratamento desses dados, transpondo a Diretiva (UE) 2016/681.	07-06-2018	Deputado Luís Marques Guedes (PSD) a 14-06-2018	Lei 21/2019
PPL 139/XIII/3.ª (GOV)	Altera a Lei de Combate ao Terrorismo, transpondo a Diretiva (UE) 2017/541	02-07-2018	Deputado Luís Marques Guedes (PSD) a 04-07-2018	Lei 16/2019
PPL 143/XIII/3.ª (GOV)	Altera a Lei de Combate à Droga, transpondo a Diretiva (UE) 2017/2103.	18-07-2018 Competente a 1.ª Comissão em conexão com 9.ª Comissão	Deputada Elza Pais (PS) a 26-07-2018	Lei 8/2019
PPL 145/XIII/3.ª (GOV)	Altera a Lei da Organização do Sistema Judiciário	02-08-2018	Deputada Andreia Neto (PSD) a 11-09-2018	Lei 19/2019
PPL 147/XIII/3.ª (GOV)	Aprova o Estatuto do Ministério Público	11-09-2018	Deputada Emília Cerqueira (PSD) a 19-09-2018	CONCLUÍDA Redação Final a 29-07-2019

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Baixaram na 4.ª Sessão Legislativa - 20 Propostas de Lei

CONCLUÍDAS

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
PPL 149/XIII/4.ª (GOV)	Consagra a aplicação do processo de execução fiscal à cobrança coerciva das custas, multas, coimas e outras quantias cobradas em processo judicial.	16-10-2018	Deputado José Manuel Pureza (BE) a 24-10-2018	Lei 27/2019
PPL 150/XIII/4.ª (GOV)	Altera o regime do exercício da atividade de segurança privada e da autoproteção.	16-10-2018	Deputado Luis Marques Guedes (PSD) a 24-10-2018	Lei 46/2019
PPL 151/XIII/4.ª (GOV)	Altera as medidas de segurança obrigatórias em estabelecimentos de restauração ou de bebidas que disponham de espaços ou salas destinados a dança.	16-10-2018	Deputada Sara Madruga da Costa (PSD) a 24-10-2018	Lei 35/2019
PPL 154/XIII/4.ª (GOV)	Altera o Regime Jurídico das Armas e suas Munições, transpondo a Diretiva (UE) 2017/853.	16-10-2018	Deputada Andreia Neto (PSD) a 24-10-2018	CONCLUÍDA Redação Final efetuada a 12-06-2019
PPL 155/XIII/4.ª (GOV)	Aprova as Grandes Opções do Plano para 2019	16-10-2018	Justiça: Dep. Sara Madruga da Costa (PSD) 17-10-2018 Adm. Interna: Dep. Emília Cerqueira (PSD) 17-10-2018 Igualdade: De. Vânia Dias da Silva (CSD-PP) 17-10-2018	CONCLUÍDA Remetidos à COFMA a 24-10-2018
PPL 156/XIII/4.ª (GOV)	Aprova o Orçamento do Estado para 2019	16-10-2018	Justiça: Dep. Sara Madruga da Costa (PSD) 17-10-2018 Adm. Interna: Dep. Emília Cerqueira (PSD) 17-10-2018 Igualdade: De. Vânia Dias da Silva (CSD-PP) 17-10-2018	CONCLUÍDA Remetidos à COFMA a 24-10-2018 CONCLUIDA
PPL 167/XIII/4.ª (GOV)	Altera o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais.	29-11-2018	Deputada Sara Madruga da Costa (PSD) em 05-12-2018	CONCLUÍDA Redação Final a 29-07-2019
PPL 168/XIII/4.ª (GOV)	Altera regimes processuais no âmbito da jurisdição administrativa e tributária	29-11-2018	Deputada Sara Madruga da Costa (PSD) em 05-12-2018	CONCLUÍDA Redação Final a 29-07-2019
PPL 169/XIII/4.ª (GOV)	Reforça os direitos dos menores suspeitos ou arguidos em processo penal, transpondo a Diretiva (UE) 2016/800	5-12-2018	Deputada Emília Cerqueira (PSD) a 12-12-2018	Lei 33/2019
170/XIII/4.ª (GOV)	Estabelece as utilizações permitidas de obras em benefício de pessoas cegas, transpondo a Diretiva (UE) 2017/1564, e descriminaliza a execução pública não autorizada de fonogramas e videogramas editados comercialmente	10-12-2018	Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP) a 12-12-2018	CONCLUÍDA Redação Final efetuada a 10-07-2019

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
175/XIII/4.ª (GOV)	Autoriza o Governo a aprovar um regime jurídico do exercício da atividade de segurança privada armada a bordo de navios que arvoem bandeira portuguesa e que atravessem áreas de alto risco de pirataria	22-01-2019 <u>Competente a 1.ª Comissão em conexão a 7.ª Comissão</u>	Deputada Rubina Berardo (PSD)	CONCLUÍDA Redação Final efetuada a 03-07-2019
181/XIII/4.ª (GOV)	Estabelece o regime da resolução dos conflitos de jurisdição entre os tribunais judiciais e os tribunais administrativos e fiscais, regulando a composição, a competência, o funcionamento e o processo perante o Tribunal dos Conflitos	08-02-2019	Deputada Andreia Neto (PSD) a 13-02-2019	CONCLUÍDA Redação Final efetuada a 10-07-2019
182/XIII/4.ª (GOV)	Altera o Código Penal e o Código do Processo Penal acolhendo as disposições da Convenção do Conselho da Europa contra o tráfico de órgãos humanos.	<u>13-02-2019</u>	Deputada Sandra Pereira (PSD) a 13-02-2019	CONCLUÍDA Redação Final efetuada a 16-07-2019
PPL 191/XIII/4.ª (GOV)	Determina a cessação de vigência de decretos-leis publicados entre os anos de 1981 e 1985	27-03-2019	Deputado António Gameiro (PS) a 27-03-2019	CONCLUÍDA Redação Final efetuada a 03-07-2019
PPL 192/XIII/4.ª (GOV)	Executa o Regulamento (UE) n.º 2017/1939, que dá execução a uma cooperação reforçada para a instituição da Procuradoria Europeia	27-03-2019	Deputada Emília Cerqueira (PSD) a 27-03-2019	CONCLUÍDA Redação Final a 29-07-2019
PPL 193/XIII/4.ª (GOV)	Altera o regime do mandado de detenção europeu	27-03-2019	Deputada Emília Cerqueira (PSD) a 27-03-2019	CONCLUÍDA Redação Final a 29-07-2019
PPL 200/XIII/4.ª (GOV)	Altera o regime jurídico da realização das perícias médico-legais e forenses	06-05-2019	Deputada Sara Madruga da Costa (PSD) a 8-05-2019 Solicitada a apreciação pública por 20 dias a 5-06-2019 pelo of.º 480/2019 de 05-06-2019	CONCLUÍDA Ofício 1.ª-CACDLG - Conclusão da apreciação
PPL 202/XIII/4.ª (GOV)	Altera o regime aplicável ao processo de inventário	20-05-2019	Deputada Emília Cerqueira (PSD) 29-05-2019	CONCLUÍDA Redação Final a 29-07-2019
PPL 205/XIII/4.ª (GOV)	Aprova o regime jurídico do acesso ao direito e aos tribunais	14-06-2019	Deputada Emília Cerqueira (PSD) em 19-06-2019	CONCLUÍDA Informação CACDLG - Caducidade de iniciativa
PPL 207/XIII/4.ª (GOV)	"Inclui novas substâncias psicoativas na definição de droga, transpondo a Diretiva Delegada (UE) 2019/369 da Comissão	25-06-2019	Deputado Pedro Delgado Alves (PS) a 26-06-2019	CONCLUÍDA Generalidade em 16-07-2019

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Baixaram ainda à Comissão em Conexão (6)

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
PPL 153/XIII/4.ª (GOV)	Altera o regime jurídico do combate à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos.	18-10-2018 Competente a 12.ª Comissão em conexão a 1.ª Comissão	Deliberado emitir parecer apenas se for solicitado pela Comissão competente	Comunicado na reunião de 24-10-2018
173/XIII/4.ª (GOV)	Regula a operação de sistemas de aeronaves civis não tripuladas («drones») no espaço aéreo nacional	11-01-2019 Competente a 6.ª Comissão em conexão a 1.ª Comissão		Comunicado na reunião de 16-01-2019 Competente a 6.ª Comissão
183/XIII/4.ª (ALRAA)	8.ª Alteração ao Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro, que estabelece as medidas das disposições da Convenção Europeia para a proteção dos animais de companhia	12-02-2019 Competente a 7.ª Comissão em conexão com a 1.ª Comissão		Comunicado na reunião de 13-02-2019 Competente a 7.ª Comissão
PPL 184/XIII/4.ª (GOV)	Aprova a revisão global da linguagem utilizada nas convenções internacionais relevantes em matéria de direitos humanos a que a República Portuguesa se encontra vinculada.	15-02-2019 Comissão competente 2.ª CNECP Obs: Conexão com a 1.ª Comissão	Deputado José Manuel Pureza (BE) em 20-02-2019	Remessa do Parecer da 1.ª CACDLG à CNECP (competente) em 06-03-2019 CONCLUÍDA
PPL 196/XIII/4.ª (GOV)	Autoriza o Governo a criar um sistema de recolha, registo e análise de dados sobre a ciência e tecnologia	Solicitado ao GAB-PAR pelo of.º 338 de 23-04-2019 a redistribuição à 8.ª CEC Redistribuída 8.ª CEC em conexão com a 1.ª CACDLG em 22-04-2019		Solicitado ao GAB-PAR pelo of.º 338 de 23-04-2019 a redistribuição à 8.ª CEC Redistribuída 8.ª CEC em conexão com a 1.ª CACDLG em 22-04-2019
PPL 199/XIII/4.ª (GOV)	Assegura a execução e garante o cumprimento, na ordem jurídica interna, das obrigações decorrentes do Regulamento (UE) n.º 536/2014, relativo aos ensaios clínicos de medicamentos para uso humano	Competente a 9.ª Comissão em conexão com a 1.ª Comissão		Comunicado na reunião de 08-05-2019

PROJETOS DE LEI

Concluídos (88)

- Transitaram da 3.ª Sessão Legislativa **33 Projetos de Lei**;
- Baixaram na 4.ª Sessão Legislativa - **46 Projetos de Lei**;
- Baixaram em Conexão – **9 Projetos de Lei**.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Transitaram da 3.ª Sessão os seguintes Projetos de Lei (33)

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
PJL 129/XIII/1.º (PS)	1.ª Alteração à Lei n.º 5/2011, de 2 de março, que aprova a lei das Ordens Honoríficas Portuguesas, integrando a Ordem de Camões no âmbito das Ordens Nacionais	Aprovado em Plenário a 12-02-2016 Requerimento do PS solicitando a baixa à Comissão sem votação, por um período de 90 dias		CONCLUÍDA em 11-07-2019
PJL 349/XIII/2.ª (PCP)	Aprova o estatuto da condição policial	06-12-2016 Competente a 1.ª Comissão em conexão com a 10.ª Comissão	Deputada Isabel Alves Moreira (PS) a 07-12-2016	CONCLUÍDA em 24-04-2019
PJL 361/XIII/2.ª (PAN)	Altera a Lei n.º 92/95, de 12 de Setembro, proibindo expressamente práticas gravemente lesivas da integridade física dos animais, como a “queima do gato” e o tiro ao voo de aves libertadas de cativeiro com o único propósito de servirem de alvo	Aprovado em Plenário a 6-01-2017 Requerimento do PAN solicitando a baixa à Comissão sem votação, por um período de 30 dias		CONCLUÍDA em 26-06-2019
PJL 399/XIII/2.ª (PCP)	Cria a unidade de missão para a revisão do regime das custas judiciais	Aprovado em Plenário a 17-02-2017 Requerimento do PCP solicitando a baixa à Comissão sem votação, por um período de 30 dias		CONCLUÍDA em 16-07-2019
PJL 408/XIII/2.ª (PAN)	Garante o acesso ao Direito e aos Tribunais tornando a atribuição do benefício de isenção de custas judiciais mais abrangente	Aprovado em Plenário a 17-02-2017 Requerimento do PAN solicitando a baixa à Comissão sem votação, por um período de 30 dias		CONCLUÍDA em 16-07-2019
PJL 409/XIII/2.ª (PAN)	Garante o acesso ao Direito e aos Tribunais introduzindo alterações ao Regulamento das Custas Processuais	Aprovado em Plenário a 17-02-2017 Requerimento do PAN solicitando a baixa à Comissão sem votação, por um período de 30 dias		CONCLUÍDA em 16-07-2019

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
PJL 436/XIII/2.ª (BE)	Altera o Código Civil, eliminando a discriminação entre homens e mulheres em matéria de prazo internupcial	08-03-2017 Aprovado em Plenário a 31-03-2017 Requerimento do BE solicitando a baixa à Comissão sem votação, por um período de 30 dias	Deputado Fernando Anastácio (PS) a 22-03-2017	CONCLUÍDA Redação Final a 29-07-2019
PJL 472/XIII/2.ª (PS)	Revê o regime jurídico de impedimentos impedientes consagrado no Código Civil, revendo os prazos aplicáveis à celebração de casamentos.	Aprovado em Plenário a 31-03-2017 Requerimento do BE solicitando a baixa à Comissão sem votação, por um período de 30 dias		CONCLUÍDA Redação Final a 29-07-2019
PJL 474/XIII/2.ª (PAN)	Assegura a liberdade individual de cada pessoa para contrair casamento, eliminando o prazo internupcial previsto pelo artigo 1605.º do CC	Aprovado em Plenário a 31-03-2017 Requerimento do BE solicitando a baixa à Comissão sem votação, por um período de 30 dias		CONCLUÍDA Redação Final a 29-07-2019
PJL 694/XIII/3.ª (PSD)	Alteração ao regime jurídico dos Inquéritos Parlamentares	13-12-2017	Deputado António Filipe (PCP) a 20-12-2017	Lei 29/2019
PJL 700/XIII/3.ª (PCP)	Cria a Comissão Nacional dos Direitos das Crianças e Jovens	Aprovado em Plenário a 21-12-2017 Requerimento do PCP solicitando a baixa à Comissão sem votação, por um período de 45 dias		CONCLUÍDA Rejeitado em Comissão em 13-05-2019
PJL 720/XIII/3.ª (PS)	Estabelece o regime aplicável à cobrança extrajudicial de créditos vencidos e às empresas que se dedicam a essa atividade	04-01-2018 Aprovado em Plenário a 19-01-2018 Requerimento do PS solicitando a baixa à Comissão sem votação, por um período de 90 dias	Deputada Andreia Neto (PSD) a 10-01-2018	CONCLUÍDA em 03-07-2019

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
PJL 721/XIII/3.ª (BE)	Altera o Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares (altera a Lei n.º 5/93, de 1 de março)	Baixou apenas na especialidade a 05-01-2018		Lei 29/2019
PJL 724/XIII/3.ª (PAN)	Altera o Código Penal e de Processo Penal no que diz respeito ao crime de maus-tratos a animais e artigos conexos	Aprovado em Plenário a 05-01-2018 Requerimento do PAN solicitando a baixa à Comissão sem votação, por um período de 60 dias		CONCLUÍDA em 14-05-2019 Rejeitado em Plenário em 28-06-2019
PJL 783/XIII/3.ª (CDS-PP)	6.ª Alteração ao Código de Processo Civil, aprovado pela Lei n.º 41/2013, de 26 de junho	Aprovado em Plenário a 02-03-2018 Requerimento do CDS-PP solicitando a baixa à Comissão sem votação, por um período de 90 dias		CONCLUÍDA em 11-07-2019
PJL 784/XIII/3.ª (CDS-PP)	2.ª Alteração à Lei n.º 78/2001, de 13 de julho ("Julgados de Paz - Competência, Organização e Funcionamento")	Aprovado em Plenário a 02-03-2018 Requerimento do CDS-PP solicitando a baixa à Comissão sem votação, por um período de 90 dias		CONCLUÍDA em 11-07-2019
PJL 785/XIII/3.ª (CDS-PP)	3.ª Alteração à Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto ("Lei da Organização do Sistema Judiciário")	Aprovado em Plenário a 02-03-2018 Requerimento do CDS-PP solicitando a baixa à Comissão sem votação, por um período de 90 dias		CONCLUÍDA em 11-07-2019
PJL 786/XIII/3.ª (CDS-PP)	4.ª Alteração ao Decreto-Lei n.º 10/2011, de 20 de janeiro, que aprova o Regime Jurídico da Arbitragem em Matéria Tributária	Aprovado em Plenário a 02-03-2018 Requerimento do CDS-PP solicitando a baixa à Comissão sem votação, por um período de 90 dias		CONCLUÍDA em 11-07-2019
PJL 787/XIII/3.ª (CDS-PP)	45.ª Alteração ao Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de dezembro, que aprova a Lei Geral Tributária e 32.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de outubro, que aprova o Código de Procedimento e Processo Tributário	Aprovado em Plenário a 02-03-2018 Requerimento do CDS-PP solicitando a baixa à Comissão sem votação, por um período de 90 dias		CONCLUÍDA em 11-07-2019

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
PJL 788/XIII/3.ª (CDS-PP)	12.ª Alteração à Lei n.º 13/2002, de 19 de fevereiro, que aprova o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais; criação de equipas extraordinárias de juizes administrativos e tributários	Aprovado em Plenário a 02-03-2018 Requerimento do CDS-PP solicitando a baixa à Comissão sem votação, por um período de 90 dias		CONCLUÍDA em 11-07-2019
PJL 906/XIII/3.ª (BE)	Altera a Lei n.º 27/2008, de 30 de junho, que estabelece as condições e procedimentos de concessão de asilo ou proteção subsidiária, reforçando o direito ao reagrupamento familiar (2.ª alteração à Lei do Asilo, aprovada pela Lei n.º 27/2008, de 30 de junho)	5-06-2018	Deputado António Filipe (PCP) a 6-06-2018	CONCLUÍDA em 19-09-2018
PJL 920 XIII 3.ª (BE)	Elimina os vistos Gold	15-06-2018	Deputado Carlos Peixoto (PSD) a 20-06-2018	CONCLUÍDA em 19-09-2019 Rejeitado em Plenário Em 12-01-2019
PJL 928 XIII 3.ª (BE)	Atribui um visto de residência temporário aos cidadãos estrangeiros com um ano de descontos para a Segurança Social	26-06-2018	Deputada Isabel Alves Moreira (PS) a 04-07-2018	Lei 28/2019
PJL 931 XIII 3.ª (PAN)	Implementa um novo prazo de entrega voluntária de armas de fogo e munições ilegais sem instauração de procedimento criminal acompanhado de campanha informativa de divulgação	26-06-2018	Deputado José Manuel Pureza (BE) a 04-07-2018	CONCLUÍDA em 13-05-2019
PJL 934 XIII 3.ª (PCP)	Proíbe o Estado de recorrer à arbitragem como forma de resolução de litígios em matéria administrativa e fiscal	02-07-2018	Deputado Fernando Rocha Andrade (PS) a 12-07-2018	CONCLUÍDA em 03-10-2018 Rejeitado em Plenário a 19-10-2019
PJL 940/XIII/3.ª (BE)	Acaba com a possibilidade de suspensão da condição de jubilado dos magistrados judiciais para o exercício das funções de árbitro em matéria tributária (4.ª Alteração ao Regime Jurídico da Arbitragem Tributária)	11-07-2018 Competente a 1.ª Comissão em conexão com a 5.ª Comissão	Deputado Fernando Rocha Andrade (PS) a 12-07-2018	Lei 24/2019
PJL 941/XIII/3.ª (BE)	Termina com a possibilidade de recurso à arbitragem, por parte do Estado e pessoas coletivas públicas	11-07-2018 Competente a 1.ª Comissão em conexão com a 5.ª Comissão	Deputado Fernando Rocha Andrade (PS) a 12-07-2018	CONCLUÍDA em 03-10-2018 Rejeitado em Plenário a 19-10-2019
PJL 959/XIII/3.ª (PCP)	Estabelece impedimentos na decisão sobre processos de institucionalização de crianças e jovens em risco	18-07-2018	PJL 959/XIII/3.ª (PCP)	Lei 39/2019
PJL 963/XIII/3.ª (PCP)	Condições de Saúde e Segurança no Trabalho nas Forças e Serviços de Segurança	18-07-2018 Competente a 1.ª em Conexão com a 9.ª e 10.ª Comissões	Deputado Fernando Anastácio (PS) a 26-07-2018	CONCLUÍDA em 03-10-2018 Rejeitado em Plenário a 18-01-2019

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
PJL 975/XIII/3.ª (PS)	Promove a criação de um Observatório para a monitorização da aplicação da Convenção dos Direitos da Criança no âmbito da Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens	02-08-2018	Deputada Andreia Neto (PSD) 11-09-2018	CONCLUÍDA em 13-05-2019 Rejeitado em Plenário em 13-05-2019
PJL 976/XIII/3.ª (BE)	Altera o Código Penal, reforçando o combate à violência doméstica, sexual e sobre menores (46.ª alteração ao Código Penal)	16-08-2018	Deputada Elza Pais (PS) 11-09-2018	CONCLUÍDA em 11-07-2019 (Iniciativa retirada pelo Proponente)
PJL 977/XIII/3.ª (BE)	Altera o Código de Processo Penal, alargando as possibilidades de aplicação de prisão preventiva e limitando a aplicação da figura da suspensão provisória de processo (31.ª alteração ao Código de Processo Penal)	16-08-2018	Deputada Sandra Pereira (PSD) 11-09-2018	CONCLUÍDA em 24-10-2018
PJL 978/XIII/3.ª (BE)	Cria os Juízos de Violência Doméstica	16-08-2018	Deputado Fernando Anastácio (PS) 11-09-2018	CONCLUÍDA em 10-10-2018 Rejeitado em Plenário em 27-10- 2018

Baixaram na 4.ª Sessão Legislativa os seguintes Projetos de Lei (46)

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
PJL 999/XIII/4.ª (PAN)	Altera o código penal impedindo o confinamento excessivo de animais de companhia	27-09-2018	Deputado José Manuel Pureza a 3-10-2018	CONCLUÍDA em 14-05-2019
PJL 1017/XIII/4.ª (CDS-PP)	Altera o Código Civil, criando a indignidade sucessória dos condenados por crimes de violência doméstica ou maus tratos	09-10-2018	Deputada Isabel Alves Moreira (PS) 17-10-2018	CONCLUÍDA em 24-10-2018 Rejeitado em Plenário 27-10-2019
PJL 1028/XIII/4.ª (CDS-PP)	Quinta alteração à Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto (Lei de Organização do Sistema Judiciário): adita a competência do Tribunal da Propriedade Intelectual	26-11-2018	Deputado Fernando Anastácio (PS) em 05-12-2018	CONCLUÍDA em 03-07-2019
PJL 1035/XIII/4.ª (PAN)	Altera o Regime de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, instituindo a atribuição da figura do visto temporário de residência ao cidadão imigrante com um ano de descontos para a Segurança Social	5-12-2018	Deputada Isabel Alves Moreira (PS) a 12-12-2018	Lei 28/2019
PJL 1047/XIII/4.ª (PAN)	Altera o Código Penal, nomeadamente o crime de violação, adaptando a legislação à Convenção de Istambul ratificada por Portugal	11-12-2018	Deputada Isabel Alves Moreira (PS) a 12-12-2018	CONCLUÍDA Redação Final a 29-07-2019
PJL 1055/XIII/4.ª (PAN)	Institui um regime de autorização de residência assente em atividades de investimento em projetos ecológicos – Vistos Green	03-01-2019	Agendado para o Plenário de 10-01- 2019	CONCLUÍDA Em 05-07-2019

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
PJL 1058/XIII/4.ª (BE)	Procede à alteração dos crimes de violação e coação sexual no Código Penal, em respeito pela Convenção de Istambul (47.ª alteração ao Código Penal)	11-01-2019 Baixou apenas na fase de Nova Apreciação na Generalidade	Criado a 24-04-2019 o Grupo de Trabalho - Alterações Legislativas - Crimes de Perseguição e Violência Doméstica	CONCLUÍDA Redação Final a 29-07-2019
PJL 1059/XIII/4.ª (PSD)	3ª alteração à Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro (regula o ingresso nas magistraturas, a formação de magistrados e a natureza, estrutura e funcionamento do centro de estudos judiciais), incorporando uma área de estudo que incida sobre a Convenção sobre os Direitos da Criança	08-01-2019 Agendado para o Plenário de 18-01-2019	Deputada Susana Amador (PS) a 16-01-2019	CONCLUÍDA em 25-01-2019 Rejeitado em Plenário de 25-01-2019
PJL 1064/XIII/4.ª (PAN)	Cria um Observatório na Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens para monitorização do cumprimento das obrigações impostas pela Convenção dos Direitos da Criança	08-01-2019	Deputada Susana Amador (PS) a 16-01-2019	CONCLUÍDA em 23-01-2019 Rejeitado em Plenário de 25-01-2019
PJL 1069/XIII/4.ª (BE)	Estabelece o regime jurídico aplicável à avaliação de impacto dos atos normativos na produção, manutenção, agravamento ou na diminuição e erradicação da pobreza	15-01-2019	Solicitado pelo BE na reunião de 16-01-2019 a redistribuição à 10.ª CTSS	CONCLUÍDA Redistribuído à 10.ª CTSS por despacho do PAR de 16-01-2019
PJL 1089/XIII/4.ª (PCP)	Altera o Código de Processo Penal prevendo a imposição de condutas ou a proibição de contacto quando há fortes indícios de prática de crime de perseguição (Procede à 39.ª alteração ao Código de Processo Penal)	30-01-2019 Requerimento Baixa Comissão sem Votação por 60 dias 17-04-2016	Deputada Isabel Alves Moreira (PS) em 06-02-2019 Grupo de Trabalho - Alterações Legislativas - Crimes de Perseguição e Violência Doméstica	CONCLUÍDA Redação Final a 29-07-2019
PJL 1104/XIII/4.ª (BE)	Altera a composição do Conselho Nacional de Bombeiros, possibilitando a representação da Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários (3.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 73/2013, de 31 de maio)	05-02-2019	Deputada Emilia Cerqueira (PSD) em 06-02-2019	CONCLUÍDA em 27-03-2019
PJL 1105/XIII/4.ª (BE)	Possibilita a aplicação de imposição de condutas ou a proibição de contacto quando há fortes indícios da prática do crime de perseguição (33.ª alteração ao Código de Processo Penal)	05-02-2019 Requerimento Baixa Comissão sem Votação por 60 dias 17-04-2016	Deputada Isabel Alves Moreira (PS) em 06-02-2019 Grupo de Trabalho - Alterações Legislativas - Crimes de Perseguição e Violência Doméstica	CONCLUÍDA Redação Final a 29-07-2019
PJL 1111/XIII/4.ª (PAN)	Altera o Código Penal, nomeadamente o crime de perseguição, permitindo a aplicação da medida preventiva de proibição de contacto com a vítima	08-02-2019 Requerimento Baixa Comissão sem Votação por 60 dias 17-04-2016	Deputada Isabel Alves Moreira (PS) a 13-02-2019 Grupo de Trabalho - Alterações Legislativas - Crimes de Perseguição e Violência Doméstica	CONCLUÍDA Redação Final a 29-07-2019
PJL 1113/XIII/4.ª (PAN)	Determina uma maior proteção para as crianças no âmbito de crimes de violência doméstica	08-02-2019 Requerimento Baixa Comissão sem Votação por 60 dias 17-04-2016	Deputada Isabel Alves Moreira (PS) a 13-02-2019 Grupo de Trabalho - Alterações Legislativas - Crimes de Perseguição e Violência Doméstica	CONCLUÍDA em 11-07-2019
PJL 1144/XIII/4.ª (CDS-PP)	Nomeação dos Membros das Entidades Administrativas Independentes	04-03-2019	Deputado Fernando Anastácio (PS) a 06-03-2019	CONCLUÍDA Em 13-03-2019 Rejeitado em Plenário em 15-03-2019

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
PJL 1146/XIII/4.ª (NInsc)	Alarga os direitos de cidadania no âmbito das Iniciativas Legislativas dos Cidadãos (Procede à quarta alteração à Lei n.º 17/2003, de 4 de junho)	06-03-2019	Deputada Andreia Neto (PSD) a 13-03-2019	CONCLUÍDA em 24-04-2019
PJL 1147/XIII/4.ª (PSD)	47.ª Alteração ao Código Penal, criando restrições à suspensão da execução da pena de prisão nos processos por crime de violência doméstica e elevando a moldura penal deste crime	08-03-2019 Requerimento Baixa Comissão sem Votação por 60 dias 17-04-2016	Deputada Isabel Alves Moreira (PS) a 13-03-2019 Criado a 24-04-2019 o Grupo de Trabalho - Alterações Legislativas - Crimes de Perseguição e Violência Doméstica	CONCLUÍDA em 11-07-2019
PJL 1148/XIII/4.ª (PSD)	32.ª Alteração ao Código de Processo Penal, impedindo a recusa de depoimento por parte da vítima de violência doméstica e proibindo a suspensão provisória dos processos por crime de violência doméstica	08-03-2019 Requerimento Baixa Comissão sem Votação por 60 dias 17-04-2016	Deputada Isabel Alves Moreira (PS) a 13-03-2019 Criado a 24-04-2019 o Grupo de Trabalho - Alterações Legislativas - Crimes de Perseguição e Violência Doméstica	CONCLUÍDA em 11-07-2019
PJL 1149/XIII/4.ª (PSD)	32.ª Alteração ao Código de Processo Penal, permitindo a aplicação da medida de coação de proibição e imposição de condutas quando houver fortes indícios da prática do crime de perseguição	08-03-2019 Requerimento Baixa Comissão sem Votação por 60 dias 17-04-2016	Deputada Isabel Alves Moreira (PS) a 13-03-2019 Criado a 24-04-2019 o Grupo de Trabalho - Alterações Legislativas - Crimes de Perseguição e Violência Doméstica	CONCLUÍDA Redação Final a 29-07-2019
PJL 1150/XIII/4.ª (PSD)	3.ª Alteração à Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro (regula o ingresso nas magistraturas, a formação de magistrados e a natureza, estrutura e funcionamento do Centro de Estudos Judiciários), assegurando formação obrigatória aos magistrados em matéria de violência doméstica	08-03-2019 Requerimento Baixa Comissão sem Votação por 60 dias 17-04-2016	Deputada Isabel Alves Moreira (PS) a 13-03-2019 Criado a 24-04-2019 o Grupo de Trabalho - Alterações Legislativas - Crimes de Perseguição e Violência Doméstica	CONCLUÍDA Redação Final a 29-07-2019
PJL 1151/XIII/4.ª (PSD)	6.ª Alteração à Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, que estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas	08-03-2019 Requerimento Baixa Comissão sem Votação por 60 dias 17-04-2016	Deputada Isabel Alves Moreira (PS) a 13-03-2019 Criado a 24-04-2019 o Grupo de Trabalho - Alterações Legislativas - Crimes de Perseguição e Violência Doméstica	CONCLUÍDA em 11-07-2019
PJL 1152/XIII/4.ª (PCP)	Reforça os mecanismos legais de proteção das vítimas de violência	13-03-2019 Requerimento Baixa Comissão sem Votação por 60 dias 17-04-2016	Deputada Isabel Alves Moreira (PS) a 20-03-2019 Criado a 24-04-2019 o Grupo de Trabalho - Alterações Legislativas - Crimes de Perseguição e Violência Doméstica	CONCLUÍDA em 11-07-2019
PJL 1155/XIII/4.ª (PS)	Reformula os crimes de violação, coação sexual e abuso sexual de pessoa inconsciente ou incapaz no Código Penal, ao abrigo do disposto na Convenção de Istambul, e alarga o âmbito de aplicação da medida de coação de proibição de contacto aos crimes de ameaça, coação e perseguição (stalking)	13-03-2019 Requerimento Baixa Comissão sem Votação por 60 dias 17-04-2016	Deputada Isabel Alves Moreira (PS) a 20-03-2019 Criado a 24-04-2019 o Grupo de Trabalho - Alterações Legislativas - Crimes de Perseguição e Violência Doméstica	CONCLUÍDA Redação Final a 29-07-2019
PJL 1158/XIII/4.ª (PS)	Reforçando a proteção de advogados em matéria de parentalidade ou doença grave, alterando o Código do Processo Civil e o Código do Processo Penal	13-03-2019	Dep. Emília Cerqueira (PSD) em 20-03-2019	CONCLUÍDA em 16-04-2019

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
PJL 1165/XIII/4.ª (CDS-PP)	Assegura formação obrigatória aos magistrados em matéria de igualdade de género e de violência doméstica (3.ª alteração à Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro).	15-03-2019 Requerimento Baixa Comissão sem Votação por 60 dias 17-04-2016	Dep. Elza Pais (PS) em 20-03-2019 Criado a 24-04-2019 o Grupo de Trabalho - Alterações Legislativas - Crimes de Perseguição e Violência Doméstica	CONCLUÍDA Redação Final a 29-07-2019
PJL 1166/XIII/4.ª (CDS-PP)	Consagra a natureza de crimes públicos dos crimes de ameaça e de coação, adequando-os ao crime de violência doméstica (quadragésima sétima alteração ao Código Penal)	15-03-2019 Requerimento Baixa Comissão sem Votação por 60 dias 17-04-2016	Dep. Isabel Alves Moreira (PS) em 20-03-2019 Criado a 24-04-2019 o Grupo de Trabalho - Alterações Legislativas - Crimes de Perseguição e Violência Doméstica	CONCLUÍDA em 11-07-2019
PJL 1175/XIII/4.ª (BE)	Regula as relações laborais existentes na advocacia	20-03-2019	Solicitada a redistribuição em 26-03-2019	CONCLUÍDA Redistribuída à 10 CTSS por despacho GABPAR de 26-03-2019
PJL 1176/XIII/4.ª (PS)	Clarifica o disposto na Lei n.º 72-A/2015, de 23 de julho, em matéria de restrições à publicidade institucional realizada por entidades públicas em período eleitoral	21-03-2019 Requerimento Baixa Comissão sem Votação por 60 dias 17-04-2016	Deputado Carlos Peixoto (PSD) a 27-03-2019 Criado a 24-04-2019 o Grupo de Trabalho - Alterações Legislativas - Crimes de Perseguição e Violência Doméstica	CONCLUÍDA em 10-04-2019 Rejeitado em Plenário em 12-04-2019
PJL 1178/XIII/4.ª (CDS-PP)	Consagra a natureza de crime público do crime de perseguição, verificadas determinadas circunstâncias agravantes, bem como a possibilidade de aplicação de medidas preventivas (47.ª alteração ao Código Penal e 31.ª alteração ao Código de Processo Penal)	21-03-2019	Dep. Isabel Alves Moreira (PS) em 27-03-2019	CONCLUÍDA Redação Final a 29-07-2019
PJL 1182/XIII/4.ª (PAN)	Privilegia o modelo de residência alternada sempre que tal corresponda ao superior interesse da criança	26-03-2019	Deputado Fernando Rocha Andrade (PS) a 27-03-2019	CONCLUÍDA Comunicado ao GAB- PAR a não emissão de parecer
PJL 1182/XIII/4.ª (PAN)	Privilegia o modelo de residência alternada sempre que tal corresponda ao superior interesse da criança	26-03-2019	Deputado Fernando Rocha Andrade (PS) a 27-03-2019	CONCLUÍDA Comunicado ao GAB- PAR a não emissão de parecer
PJL 1183/XIII/4.ª (BE)	Protege as crianças que testemunhem crimes de violência doméstica e torna obrigatória a recolha de declarações para memória futura no decorrer do inquérito (6.ª alteração ao regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica e à proteção e à assistência das suas vítimas)	26-03-2019	Dep. Isabel Alves Moreira (PS) em 27-03-2019	CONCLUÍDA em 11-07-2019
PJL 1190/XIII/4.ª (PS)	Altera o Código Civil, estabelecendo o princípio da residência alternada do filho em caso de divórcio, separação judicial de pessoas e bens, declaração de nulidade ou anulação do casamento dos progenitores	17-04-2019	Deputada Andreia Neto (PSD) a 24-04-2019	CONCLUÍDA Comunicado ao GAB- PAR a não emissão de parecer
1191/XIII/4.ª (PAN)	Obriga todos os agressores sexuais à frequência de programas de reabilitação	10-04-2019	Deputada Sandra Pereira (PSD) a 16-04-2019	CONCLUÍDA em 12-06-2019

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
1192/XIII/4.ª (BE)	Altera o Código de Processo Civil e o Código de Processo Penal, alargando as possibilidades de recurso de decisões que atentem contra valores fundamentais (8.ª alteração ao Código de Processo Civil e 34.ª alteração ao Código de Processo Penal)	10-04-2019	Deputada Isabel Alves Moreira (PS) a 16-04-2019	CONCLUÍDA em 06-05-2019
PJL 1209/XIII/4.ª (CDS-PP)	Sobre o estabelecimento da residência alternada dos menores, em caso de divórcio separação judicial de pessoas e bens, declaração de nulidade ou anulação do casamento	06-05-2019	Deputada Andreia Neto (PSD) a 8-05-2019	CONCLUÍDA Comunicado ao GAB-PAR a não emissão de parecer em 26-06-2019
PJL 1215/XIII/4.ª (NINSC)	Procede à oitava alteração à Lei de Financiamento dos Partidos Políticos, Lei n.º 19/2003, de 20 de Junho, e à terceira alteração à Lei dos Partidos Políticos, aprovada pela Lei Orgânica n.º 2/2003, de 22 de Agosto e aprova o Regime Jurídico das Fundações e Associações de Partidos Políticos	15-05-2019	Deputado Pedro Delgado Alves (PS) a 29-05-2019	CONCLUÍDA em 16-07-2019
PJL 1217/XIII/4.ª (PS)	Aprova a Carta de Direitos Fundamentais na Era Digital	04-06-2019	Deputado José Manuel Pureza (BE) Em 12-06-2019	CONCLUÍDA em 26-06-2019
1224/XIII/4.ª (PSD)	47.ª Alteração ao Código Penal, criminalizando a conduta de quem mate, sem motivo legítimo, animal de companhia	12-06-2019	Deputada Isabel Alves Moreira (PS) em 19-06-2019	CONCLUÍDA Comunicado ao GAB-PAR a não emissão de parecer 26-06-2019
1232/XIII/4 (BE)	Determina a alteração do Regime Jurídico das Custas Judiciais de forma a garantir um acesso mais alargado aos tribunais pelos trabalhadores, pelos trabalhadores precários e pela generalidade dos cidadãos (14.ª alteração ao Regulamento das Custas Processuais)	18-06-2019	Deputada Sara Madruga da Costa (PSD) em 19-06-2019	CONCLUÍDA Comunicado ao GAB-PAR a não emissão de parecer subindo a Plenário, a solicitação do proponente a 16-07-2019
PJL 1233/XIII/4.ª (PCP)	Garante o acesso ao direito e aos tribunais	19-06-2019	Deputada Sara Madruga da Costa (PSD) a 26-06-2019	CONCLUÍDA em 16-07-2019
PJL 1234/XIII/4.ª (PCP)	Altera o Código do Processo Civil estabelecendo um regime de impenhorabilidade da habitação própria e permanente e fixando restrições à penhora e à execução de hipoteca	19-06-2019	Deputada Emília Cerqueira (PSD) a 26-06-2019	CONCLUÍDA Redação Final a 29-07-2019
PJL 1235/XIII/4.ª (PCP)	Altera o regime jurídico do processo de inventário reforçando os poderes gerais de controlo do juiz	19-06-2019	Deputada Emília Cerqueira (PSD) a 26-06-2019	CONCLUÍDA Redação Final a 29-07-2019
PJL 1237/XIII/4.ª (CDS-PP)	Aprova o regime do acesso ao Direito e aos Tribunais, revogando a Lei n.º 34/2004, de 29 de julho	21-06-2019	Deputado Fernando Anastácio (PS) a 26-06-2019	CONCLUÍDA em 03-07-2019
PJL 1248/XIII/4.ª (PSD, PS, BE, CDS-PP, PCP e PEV)]	Primeira alteração à Lei n.º 23/2011, de 20 de maio	25-07-2019 Remetido à Comissão apenas para fixação de redação Final		CONCLUÍDA Redação Final a 29-07-2019

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

- Baixaram à Comissão em Conexão os seguintes Projetos de Lei (9)

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
PJL 1007/XIII/4.ª (BE)	Acesso à identidade civil de dadores de gâmetas por pessoas nascidas em consequência de tratamentos ou procedimentos de procriação medicamente assistida e criação de uma norma transitória para dádivas anteriores a 24 de abril de 2018 (quinta alteração à Lei n.º 32/2006, de 26 de julho)	08-10-2018 Competente a 9.ª Comissão em conexão com a 1.ª Comissão		Comunicado na reunião de 10-10-2018
PJL 1024/XIII/4.ª (PS)	5.ª alteração à Lei n.º 32/2006, de 26 de julho (Lei da Procriação Medicamente Assistida) – Adequa o regime de confidencialidade dos dadores ao disposto no Acórdão n.º 225/2018, de 24 de abril de 2018, do Tribunal Constitucional	30-10-2018 Competente a 9.ª Comissão em conexão a 1.ª Comissão		Comunicado na reunião de 05-12-2018
PJL 1030/XIII/4.ª (BE)	Alteração ao Regime Jurídico da Gestação de Substituição (quinta alteração à Lei n.º 32/2006, de 26 de julho)	29-11-2018 Competente a 9.ª Comissão em conexão a 1.ª Comissão		Comunicado na reunião de 05-12-2018
PJL 1033/XIII/4.ª (PAN)	Procede à quinta alteração à Lei n.º 32/2006 de 26 de junho, permitindo o acesso da identidade do dador de gâmetas ou embriões por pessoas nascidas em consequência de processos de Procriação Medicamente Assistida	5-12-2018 Competente a 9.ª Comissão em conexão com a 1.ª Comissão		Comunicado na reunião de 12-12-2018
PJL 1034/XIII/4.ª (PAN)	Procede à segunda alteração da Lei n.º 15/2014, de 21 de março, reforçando os direitos das mulheres na gravidez e no parto	5-12-2018 Competente a 9.ª Comissão em conexão com a 1.ª Comissão		Comunicado na reunião de 12-12-2018
PJL 1050/XIII/4.ª (BE)	Legaliza a canábis para uso pessoal	19-12-2018 Competente a 9.ª Comissão em conexão com a 1.ª Comissão		Comunicado na reunião de 03-01-2019
PJL 1095/XIII/4.ª (PAN)	Determina a proibição das corridas de cães mais conhecidas por corridas de galgos	04-02-2019 Competente a 7.ª CAM em conexão com a 1.ª CACDLG		Comunicado na reunião de 06-02-2019
PJL 1124/XIII/4.ª (CDS-PP)	1ª alteração à Lei nº 95/2015, de 17 de agosto, que estabelece as regras e os deveres de transparência a que fica sujeita a realização de campanhas de publicidade institucional do Estado, bem como as regras aplicáveis à distribuição da mesma em território nacional, através dos órgãos de comunicação social locais e regionais	12-02-2019 Competente a 12.ª Comissão em conexão com a 1.ª Comissão		Comunicado na reunião de 13-02-2019
PJL 1142/XIII/4.ª (PSD)	Criação do Programa “Comunidades Portuguesas no Feminino”	04-03-2019 Competente 2.ª CNECP Em conexão com a 1.ª Comissão		Comunicado na reunião de 06-03-2019

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

PROJETOS DE RESOLUÇÃO

Concluídos (32)

- Transitaram da 3.ª Sessão Legislativa **15 Projetos de Resolução**;
- Baixaram na 4.ª Sessão Legislativa – **17 Projetos de Resolução**;

Transitaram da 3.ª Sessão Legislativa (14)

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	DECISÃO SOBRE APRECIÇÃO EM COMISSÃO OU EM PLENÁRIO	ESTADO
PJR 344/XIII/1.ª (CDS-PP)	Recomenda ao Governo que pondere e estude o alargamento do âmbito e das competências da atual Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens	02-06-2016	Aprovado em Plenário a 2-06-2016 requerimento do CDS-PP solicitando a baixa à Comissão sem votação, por um período de 45 dias Comunicado na reunião de 8-06-2016	Rejeitado em 13-05-2019
PJR 624/XIII/2.ª (BE)	Recomenda ao Governo a redução das custas judiciais	24-01-2017 Solicitado pelo BE a apreciação em Plenário na reunião da CACDLG de 25-01-2017	Aprovado em Plenário a 17-02-2017 requerimento do BE solicitando a baixa à Comissão sem votação, por um período de 30 dias	Concluída em 16-07-2019
PJR 659/XIII/2.ª (PSD)	Recomenda ao Governo a avaliação e a revisão do Regulamento das Custas Processuais	14-02-2017 Solicitado pelo PSD a apreciação em Plenário na reunião da CACDLG de 15-02-2017	Aprovado em Plenário a 17-02-2017 requerimento do PSD solicitando a baixa à Comissão sem votação, por um período de 30 dias	Concluída em 16-07-2019
PJR 660/XIII/2.ª (PS)	Recomenda ao Governo o estudo, avaliação e concretização de novas medidas que melhorem as condições de acesso ao Direito e à Justiça	17-02-2017	Aprovado em Plenário a 17-02-2017 requerimento do PS solicitando a baixa à Comissão sem votação, por um período de 30 dias	Concluída em 16-07-2019
PJR 666/XIII/2.ª (CDS-PP)	Recomenda ao Governo a revisão do regime de acesso ao direito e aos tribunais e o regulamento das custas processuais	17-02-2017	Aprovado em Plenário a 17-02-2017 requerimento do CDS-PP solicitando a baixa à Comissão sem votação, por um período de 30 dias	Concluída em 16-07-2019
PJR 885/XIII/2.ª (CDS-PP)	Recomenda ao Governo que aprove o diploma legal que define os casos, formas e termos em que os atos administrativos podem ser impostos coercivamente pela administração, em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de	30-05-2017	Aprovado em Plenário a 02-03-2018 requerimento do CDS-PP solicitando a baixa à Comissão sem votação, por um período de 90 dias	Concluída em 11-07-2019

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	DECISÃO SOBRE APRECIÇÃO EM COMISSÃO OU EM PLENÁRIO	ESTADO
	janeiro, que aprovou o Código do Procedimento Administrativo			
PJR 1203/XIII/3.ª (BE)	Recomenda a criação de um Comité Nacional para os Direitos da Criança, no cumprimento das recomendações do Comité das Nações Unidas para os Direitos das Crianças e da Convenção dos Direitos das Crianças	15-12-2017	Aprovado em Plenário a 21-12-2017 requerimento do BE solicitando a baixa à Comissão sem votação, por um período de 45 dias	Concluída Em 13-05-2019
PJR 1291/XIII/3.ª (CDS-PP)	Recomenda ao Governo que submeta a debate, em Plenário da Assembleia da República, o relatório sobre a estratégia plurianual de requalificação e modernização do sistema prisional, de setembro de 2017, e apresente uma proposta de lei de programação de investimentos no parque prisional	07-02-2018 Comunicado na reunião da CACDLG de 14-02-2018	Aprovado em Plenário a 02-03-2018 requerimento do CDS-PP solicitando a baixa à Comissão sem votação, por um período de 90 dias	Concluída em 11-07-2019
PJR 1355/XIII/3.ª (CDS-PP)	Recomenda ao Governo que dê execução ao disposto no artigo 182.º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos em matéria de arbitragem administrativa	02-03-2018	Aprovado em Plenário a 02-03-2018 requerimento do CDS-PP solicitando a baixa à Comissão sem votação, por um período de 90 dias	Concluída em 11-07-2019
PJR 1356/XIII/3.ª (CDS-PP)	Recomenda ao Governo a reavaliação e revisão do plano "Justiça + Próxima", tendo em conta as medidas propostas no documento "Acordos para o Sistema de Justiça", de janeiro de 2018	02-03-2018	Aprovado em Plenário a 02-03-2018 requerimento do CDS-PP solicitando a baixa à Comissão sem votação, por um período de 90 dias	Concluída em 11-07-2019
PJR 1357/XIII/3.ª (CDS-PP)	Recomenda ao Governo a criação de um Grupo de Trabalho, com o objetivo de estudar a revisão do Regime Geral de Contraordenações constante do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro	02-03-2018	Aprovado em Plenário a 02-03-2018 requerimento do CDS-PP solicitando a baixa à Comissão sem votação, por um período de 90 dias	Concluída em 11-07-2019
PJR 1362/XIII/3.ª (CDS-PP)	Recomenda ao Governo que constitua uma Comissão de Revisão da legislação penal, nomeadamente do Código Penal e do Código do Processo Penal, estude e implemente um sistema de controlo de cumprimento que permita delimitar a responsabilidade penal das pessoas coletivas	02-03-2018	Aprovado em Plenário a 02-03-2018 requerimento do CDS-PP solicitando a baixa à Comissão sem votação, por um período de 90 dias	Concluída em 11-07-2019

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

PJR 1672/XIII/3. ^a (BE)	Recomenda ao Governo que sejam removidos obstáculos administrativos à efetivação do direito ao reagrupamento familiar de imigrantes e de requerentes de proteção internacional em Portugal	05-06-2018 Baixa comissão especialidade 10-05-2019		Redação Final efetuada a 29-05-2019 Resolução da AR 81/2019
N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	DECISÃO SOBRE APRECIÇÃO EM COMISSÃO OU EM PLENÁRIO	ESTADO
PJR 1705 XIII 3 (PS)	Recomenda a agilização dos procedimentos de legalização de imigrantes e a promoção do enquadramento excecional, por razões humanitárias, de imigrantes que demonstrem a inserção no mercado de trabalho por período superior a um ano	18-06-2018	Solicitado pelo PS a apreciação em Comissão a 5-07-2018	CONCLUÍDA em 26-09-2018 (iniciativa retirada 10-10-2018)
PJR 1750/XIII/3. ^a (PS)	Recomenda ao Governo a elaboração de Relatório Anual sobre a Política de Asilo em Portugal	04-07-2018	Solicitado pelo PS a apreciação em Comissão a 11-07-2018	Resolução da AR 292/2018

- Baixaram na 4.ª Sessão Legislativa os seguintes Projetos de Resolução (17):

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	DECISÃO SOBRE APRECIÇÃO EM COMISSÃO OU EM PLENÁRIO	ESTADO
PJR 1792 XIII 3. ^a (CDS-PP)	Recomenda ao Governo a reinstalação de uma esquadra da PSP na zona da freguesia das Avenidas Novas, dotada de efetivo adequado	Apenas remetida à comissão para fixação de redação final Em 25-09-2018		Redação Final efetuada a 26-09-2018 Resolução da AR 287/2018
PJR 1807/XIII/4. ^a (PSD)	Recomenda ao Governo a atribuição ao Provedor de Justiça da função de coordenar e monitorizar a aplicação da Convenção sobre os Direitos da Criança em Portugal	20-09-2018	Solicitado pelo PSD a 26-09-2018 a apreciação em Plenário	Informação - Discussão para o Plenário em 20-09-2018
PJR 1816/XIII/4. ^a (PS)	Recomenda o alargamento da rede de arbitragem de consumo	Baixou apenas na especialidade a 12-10-2018		Redação Final efetuada a 06-02-2019 Resolução da AR 26/2019
PJR 1817/XIII/4. ^a (CDS-PP)	Recomenda ao Governo que proceda à apresentação urgente à Assembleia da República de iniciativa legislativa destinada a assegurar a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2018/302 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de fevereiro de 2018	Baixou apenas na especialidade a 12-10-2018		Redação Final efetuada a 06-02-2019 Resolução da AR 27/2019

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

PJL 1875/XIII/4. ^a (BE)	Recomenda ao Governo a adoção de medidas para a garantia do direito a uma habitação digna para refugiados acolhidos em Portugal	27-11-2018 Baixa comissão especialidade 10-05-2019		Redação Final efetuada a 29-05-2019 Resolução da AR 81/2019
PJL 1877/XIII/4. ^a (BE)	Recomenda ao Governo a revisão dos critérios de admissão ao programa “Português para todos”	27-11-2018 Baixa comissão especialidade 10-05-2019		Redação Final efetuada a 29-05-2019 Resolução da AR 81/2019
N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	DECISÃO SOBRE APRECIÇÃO EM COMISSÃO OU EM PLENÁRIO	ESTADO
1976/XIII/4. ^a (PSD)	Recomenda ao Governo a urgente concretização de medidas para a prevenção e combate à violência doméstica	08-02-2019		Redação Final efetuada a 29-05-2019 Resolução da AR 86/2019
PJR 1983/XIII/4. ^a (PSD)	Recomenda ao Governo que proceda à regulamentação do setor de atividade das Chaves e Sistemas de Segurança	14-02-2019		Discutido em Comissão a 03-07-2019 Informação sobre a discussão na CACDLG
PJR 1998/XIII/4. ^a (PAN)	Recomenda ao Governo o incremento de medidas que permita a melhoria da capacidade de resposta a situações de violência doméstica	21-02-2019		Redação Final efetuada a 29-05-2019 Resolução da AR 86/2019
PJR 2033/XIII/4. ^a (PAN)	Recomenda ao Governo que seja criado um Código de Conduta adaptado à Convenção de Istambul visando a adequada cobertura noticiosa de casos de violência doméstica impedindo um expectável efeito contágio	13-03-2019		Redação Final efetuada a 16-04-2019 Resolução da AR 62/2019
PJR 2040/XIII/4. ^a (CDS-PP)	Recomenda ao Governo a criação de gabinetes de apoio e informação à vítima de violência doméstica	15-03-2019	Solicitada pelo CDS-PP a discussão em Plenário em 20-03-2019	Informação - Discussão para o Plenário
PJR 2143/XIII/4. ^a (PAN)	Assumpção de Poderes de Revisão Constitucional Extraordinária para Consagrar o Direito de Sufrágio aos Cidadãos Maiores de 16 anos	08-05-2019	Não apreciado por decisão do Presidente	Rejeitado em Plenário em 14-05-2019
PJR 2145/XIII/4. ^a (CDS-PP)	Recomenda ao Governo o alargamento da rede de esquadras de turismo, e a criação do programa de policiamento específico “Turista Seguro”, da competência da Polícia de Segurança Pública	06-05-2019	Solicitada pelo CDS-PP a discussão em Plenário na reunião de 08-05-2019	Informação - Discussão para o Plenário
PJR 2146/XIII/4. ^a (CDS-PP)	Recomenda ao Governo a alteração da Lei nº 63/2007, de 6 de novembro (Orgânica da Guarda Nacional Republicana) no sentido de reinstaurar a brigada de trânsito	06-05-2019	Solicitada pelo CDS-PP a discussão em Plenário na reunião de 08-05-2019	Informação - Discussão para o Plenário
PJR 2170/XIII/4. ^a (PCP)	Recomenda ao Governo a adoção de medidas que garantam a modernização e o controlo público da rede de comunicações de emergência do Estado	20-05-2019	Discussão efetuada na reunião da CACDLG de 03-07-2019	Informação sobre a discussão na CACDLG

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

<p>PJR 2177/XIII/4.^a (BE)</p>	<p>Recomenda ao Governo que proceda ao resgate urgente para o Estado do Sistema Integrado para a rede de Emergência e Segurança de Portugal - SIRESP</p>	<p>30-05-2019</p>	<p>Solicitada pelo BE a discussão em Plenário na reunião de 05-06-2019</p>	<p>Ofício 1.^a-CACDLG - Discussão para o Plenário</p>
<p>PJR 2233/XIII74.^a (BE)</p>	<p>Pela integração, sem perda salarial, do suplemento de recuperação processual no salário dos oficiais de justiça</p>	<p>27-06-2019</p>	<p>Discussão efetuada na reunião da CACDLG de 10-07-2019</p>	<p>Súmula da discussão na CACDLG</p>

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

5. Iniciativas europeias

Transitou da 3.ª Sessão Legislativa a seguinte iniciativa europeia (1)

Data de receção na CACDLG	Título do Documento	Deputado Relator	Data da distribuição na CACDLG	Prazo de 8 semanas termina a:	Data da aprovação do Relatório e envio à CAE
11-07-2018	COM (2018) 280 Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à mobilização do Instrumento de Flexibilidade para financiar medidas orçamentais imediatas a fim de fazer face aos atuais desafios da migração, da afluência de refugiados e das ameaças à segurança, bem como à extensão do Programa de Apoio às Reformas Estruturais	Deputado José Manuel Pureza (BE) 11-09-2018	11-09-2018	Nota Técnica solicitada à CAE a 11-09-2018	CAE informou que a Relatora considerou esgotada a pertinência do escrutínio Prejudicada a elaboração de Relatório CACDLG CONCLUÍDA

Na 4.ª Sessão Legislativa a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, deliberou selecionar para escrutínio 9 iniciativas europeias, das quais:

Concluídas (9):

Data de receção na CACDLG	Título do Documento	Deputado Relator	Data da distribuição na CACDLG	Prazo de 8 semanas termina a:	Data da aprovação do Relatório e envio à CAE
<u>27-09-2018</u>	COM (2018) 378 Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 1206/2001 do Conselho, de 28 de maio de 2001, relativo à cooperação entre os tribunais dos Estados-Membros no domínio da obtenção de provas em matéria civil ou comercial	Deputado António Gameiro (PS) a 3-10-2018	<u>03-10-2018</u>	<u>Prazo – 10-10-2018</u>	Aprovado por unanimidade, na ausência do PEV, na reunião de 10-10-2018 Of. à CAE n.º 864/2018 de 10-10-2018
<u>27-09-2018</u>	COM (2018) 379 Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 1393/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à citação e à notificação dos atos judiciais e extrajudiciais em matérias civil e comercial nos Estados-Membros (citação e notificação de atos)	Deputado António Gameiro (PS) a 3-10-2018	<u>03-10-2018</u>	<u>Prazo – 10-10-2018</u>	Aprovado por unanimidade, na ausência do PEV, na reunião de 10-10-2018 Of. à CAE n.º 864/2018 de 10-10-2018
<u>17-10-2018</u>	COM (2018) 631 Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira, que revoga a Ação Comum 98/700/JAI do Conselho, o Regulamento (UE) n.º 1052/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho e o Regulamento (UE) 2016/1624 do Parlamento Europeu e do Conselho Contributo da Comissão para a reunião dos Chefes de Estado e de Governo de 19 e 20 de setembro de 2018 em Salzburgo	Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP) a 24-10-2018	<u>24-10-2018</u>		Aprovado por unanimidade, na ausência do PEV, na reunião de 14-11-2018 Of. à CAE n.º 918/2018 de 14-11-2018

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Data de receção na CACDLG	Título do Documento	Deputado Relator	Data da distribuição na CACDLG	Prazo de 8 semanas termina a:	Data da aprovação do Relatório e envio à CAE
<u>17-10-2018</u>	COM (2018) 633 Proposta alterada de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que cria a Agência da União Europeia para o Asilo e revoga o Regulamento (UE) n.º 439/2010 Um contributo da Comissão Europeia para a reunião dos dirigentes em Salzburgo, em 19 e 20 de setembro de 2018	Deputada Susana Amador (CDS-PP) a 24-10-2018	24-10-2018		Aprovado por unanimidade, na ausência do PEV, na reunião de 28-11-2018 Of. à CAE n.º 936/2018 de 28-11-2018
<u>17-10-2018</u>	COM (2018) 640 Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à prevenção da difusão de conteúdos terroristas em linha Contribuição da Comissão Europeia para a reunião dos dirigentes, realizada em Salzburgo em 19 e 20 de setembro de 2018 Obs: distribuída também a: 12.º CCCJD	Deputado António Filipe (PCP) a 24-10-2018 (rejeitado em 14-11-2018) Designado novo relator: Dep. Luís Marques Guedes a 14-11-2018	24-10-2018		Aprovado com os votos a favor do PSD, PS e CDS-PP, contra do BE e do PCP, na ausência do PEV, na reunião de 28-11-2018 Of. à CAE n.º 937/2018 de 28-11-2018
<u>31-10-2018</u>	COM (2018) 719 Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) n.º 516/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito à reautorização dos montantes remanescentes autorizados para apoiar a aplicação das Decisões (UE) 2015/1523 e (UE) 2015/1601 do Conselho ou à sua afetação a outras ações ao abrigo dos programas nacionais	Deputado José Manuel Pureza (BE) a 05-12-2018	05-12-2018		Aprovado por unanimidade, na ausência do PEV, na reunião de 12-12-2018 Of. à CAE n.º 1015/2018 de 12-12-2018
<u>04-12-2018</u>	COM (2018) 800 COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Programa de Trabalho da Comissão para 2019 Cumprir o prometido e preparar o futuro	Deputada Sandra Pereira (PSD) a 19-12-2018	Comunicado na reunião de 12-12-2018 Distribuído a 19-12-2018		Aprovado por unanimidade, na ausência do PEV, na reunião de 06-02-2019 Of. à CAE n.º 111/2019 de 06-02-2019
<u>18-12-2018</u>	COM (2018) 901 Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à mobilização do Instrumento de Flexibilidade para financiar medidas orçamentais imediatas a fim de fazer face aos atuais desafios da migração, da afluência de refugiados e das ameaças à segurança	Deputada Sandra Pereira (PSD) a 3-01-2019	03-01-2019		Aprovado por unanimidade, na ausência do PEV, na reunião de 27-03-2019 Of. à CAE n.º 279/2019 de 27-03-2019
<u>19-03-2019</u>	COM (2019) 125 Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Decisão n.º 1313/2013/UE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa a um Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia	Deputada Susana Amador (PS) a 27-03-2019	27-03-2019		Aprovado com os votos a favor do PSD, PS, BE e CDS-PP, a abstenção do PCP, na ausência do PEV, na reunião de 16-04-2019 Of. à CAE n.º 332/2019 de 16-04-2019

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

6. Outros pareceres/relatórios

A Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias apreciou, no âmbito das suas competências, os seguintes relatórios, sobre os quais emitiu parecer.

Outros foram objeto de debate, precedido de audição, nos termos regimentais:

- **Concluídos (9):**

Proveniência	Assunto	Data Distribuição	Relator Designado	Data de Aprovação	Parecer
6.ª CEIOP 27-07-2018	Pedido de Parecer sobre a Proposta de Lei n.º 132/XIII/3.ª (GOV)	11-09-2018	Deputada Emília Cerqueira (PSD) 11-09-2018	19-09-2018	Of CEIOP n.º 782/2018 de 19-09-2018
5.ª – COFMA 16-10-2018	Pedido de Parecer sobre a PPL 155/XIII/4.ª (GOV) - Aprova as Grandes Opções do Plano para 2019	17-10-2018	Justiça: Dep. Sara Madruga da Costa (PSD) 17-10-2018 Adm. Interna: Dep. Emília Cerqueira (PSD) 17-10-2018 Igualdade: De. Vânia Dias da Silva (CSD-PP) 17-10-2018	24-10-2018	Remetido à COFMA Of. 893/XIII/1.ª de 24-10-2018
5.ª – COFMA 16-10-2018	Pedido de Parecer sobre a PPL 156/XIII/4.ª - Aprova o Orçamento do Estado para 2019	17-10-2018	Justiça: Dep. Sara Madruga da Costa (PSD) 17-10-2018 Adm. Interna: Dep. Emília Cerqueira (PSD) 17-10-2018 Igualdade: De. Vânia Dias da Silva (CSD-PP) 17-10-2018	24-10-2018	Remetido à COFMA Of. 893/XIII/1.ª de 24-10-2018
4.ª CAE 13-12-2018	COM (2018) 800 - COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Programa de Trabalho da Comissão para 2019 Cumprir o prometido e preparar o futuro	19-12-2018	Deputada Sandra Pereira (PSD) a 19-12-2018	31-01-2018	Aprovado em 06-02-2019 Remetido à CAE Of n.º 111/2019 06-02-2019
5.ª - COFMA	Conta Geral do Estado de 2017	04-01-2018	Deputado José Manuel Pureza (BE) a 3-01-2019	03-01-2019	Of COFMA N.º 84/2019 de 30-01-2019

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Proveniência	Assunto	Data Distribuição	Relator Designado	Data de Aprovação	Parecer
GAB-PAR 4-01-2019	Pedido de emissão de parecer relativo à extensão das propostas de alteração apresentadas, pelos Deputados e pelos Grupos Parlamentares, a propostas de lei de autorização legislativa;	09-01-2019	Deputado António Filipe (PCP) a 9-01-2019	Aprovado com os votos a favor do PS, do BE, do CDS-PP e do PCP, votos contra do PSD, com a ausência do PEV, na reunião de 16 de janeiro de 2019	Remetido ao GAB-PAR pelo of. 33/2019 de 16-01-2019
4.ª CAE 08-03-2019	Pedido de pronúncia sobre a PPL 187/XIII/4.ª (GOV) - Aprova medidas de contingência a aplicar na eventualidade de uma saída do Reino Unido da União Europeia sem acordo	13-03-2019	Deputado Luis Marques Guedes (PSD) a 13-03-2019	20-03-2019	Remetido à CAE pelo Of. n.º 250/20-03-2019
GOV	Relatório Anual de Segurança Interna respeitante ao ano de 2018 Audição do MAI - (incluindo o RASI)	03-04-2019	Deputado António Gameiro (PS) 03-04-2019	2019-06-12	Remetido ao GAB-PAR pelo of. 490/2019 de 12-06-2019
CFBDP ADN	Relatório Anual do Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN, relativo ao ano de 2018 Audição CFBDP-ADN efetuada a 03-04-2019	03-04-2019	Deputado Carlos Abreu Amorim (PSD) 03-04-2019	2019-05-29	Remetido ao GAB-PAR pelo of. 460/2019 de 29-05-2019
4.ª CAE 16-04-2019	Relatório intitulado «Portugal na União Europeia – 2018	24-04-2019	Deputado António Gameiro (PS) indicado a 8-05-2019	14-05-2019	Remetido à CAE pelo Of. n.º 385/14-05-2019
Provedora de Justiça 30-05-2019	Relatório Anual de Atividades do Provedor de Justiça relativo a 2018 Audição da Provedora de Justiça realizada em 19-06-2019	05-06-2019	Deputada Susana Amador (PS) 05-06-2019	2019-07-16	Remetido ao GAB-PAR pelo of. 618/2019 de 16-07-2019

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

7. Petições

Transitaram da 3.ª Sessão Legislativa 4 Petições (2 pendentes e 2 por admitir), tendo sido **concluídas** na atual sessão. Na 4.ª Sessão Legislativa da XIII Legislatura foram distribuídas à Comissão 24 petições, das quais foram **concluídas 23**, transitando para a próxima Legislatura 1 (pendente).

Transitaram da 3.ª Sessão Legislativa as seguintes petições entretanto **concluídas** (2):

PETIÇÃO	PETICIONANTES	DATA	ASSUNTO	ADMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	AUDIÇÕES OBRIGATÓRIAS	RELATÓRIO FINAL
499/XIII/3	Maria Teresa Saraiva Lopes da Silva (5999 assinaturas)	24-04-2018	Solicita legislação que consagre a promoção, a proteção, o pleno e igual gozo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com capacidade diminuída.	09-05-2018	Deputado Fernando Anastácio (PS) a 9-05-2018	Audição obrigatória realizada a 11-07-2018	Relatório Final Aprovado a 26-09-2018
530/XIII/3	Ricardo Filipe Madeira Simões (4146 assinaturas)	24-07-2018	Solicitam alteração legislativa com vista a estabelecer a presunção jurídica da residência alternada para crianças com pais separados.	26-07-2018	Deputado Fernando Rocha Andrade (PS) a 26-07-2018	Audição obrigatória efetuada a 20-09-2018	Relatório Final Aprovado a 20-03-2019

E ficaram a aguardar deliberação sobre a sua admissibilidade tendo sido **concluídas na 4.ª Sessão** seguintes petições (2):

PETIÇÃO	PETICIONANTES	DATA	ASSUNTO	ADMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	AUDIÇÕES OBRIGATÓRIAS	RELATÓRIO FINAL
537/XIII/3	Luís Alberto Júdice Veiga da Silva (8675 assinaturas)	10-09-2018	Solicita revogação do Capítulo VI do Título I do Livro II do Código Penal, relativo aos crimes contra a honra.	26-09-2018	Deputado Pedro Delgado Alves (PS) a 26-09-2018	Audição obrigatória efetuada a 4-01-2018	Relatório Final Aprovado em 16-07-2019
541/XIII/3	João Augusto Maldonado Covas	12-04-2018	Declaração de inconstitucionalidade da Lei n.º 12/2011, de 27 de abril.	03-10-2018	Deliberado não nomear relator/a e convolar para relatório final		Relatório Final Aprovado a 05-12-2018

Foram distribuídas à Comissão 20 petições na 4.ª Sessão Legislativa da XIII Legislatura

CONCLUÍDAS (23)

PETIÇÃO	PETICIONANTES	DATA	ASSUNTO	ADMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	AUDIÇÕES OBRIGATÓRIAS	RELATÓRIO FINAL
547/XIII/4	Manuel Maria Cardoso Sacramento Gomes (166 assinaturas)	30-05-2019 (Redistribuída à 1.ª CACDLG – inicialmente e distribuída à CTSS em 02-10-2018)	Adoção de medidas contra o dumping social e o seu crescimento na atividade de segurança privada.	Arquivada a 05-06-2019			Arquivada por deliberação unanime da Comissão adotada a 05-06-2019

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

PETIÇÃO	PETICIONANTES	DATA	ASSUNTO	ADMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	AUDIÇÕES OBRIGATÓRIAS	RELATÓRIO FINAL
543/XIII/3	APC-Associação Portuguesa de Criminologia (7738 assinaturas)	20-09-2018	Solicitam a suspensão das alterações à Lei n.º 5/2006, de 23 de fevereiro, que regula o Regime Jurídico das Armas e Munições.	Liminarmente Indeferida a 03-10-2018			Liminarmente Indeferida a 03-10-2018
551/XIII/3	Manuel Maria Cardoso Sacramento Gomes (375 assinaturas)	30-05-2019 (Redistribuída à 1.ª CACDLG – inicialmente e distribuída à CTSS em 02-10-2018)	Solicita a criação de legislação com vista à regulação do setor da segurança privada.	Arquivada a 05-06-2019			Arquivada por deliberação unânime da Comissão adotada a 05-06-2019
558/XIII/4	Mónica Alexandra da Cunha dos Santos (4450 assinaturas)	9-11-2018	Solicitam alterações legislativas, designadamente em matéria de imparcialidade e independência dos magistrados judiciais, na sequência de recentes acontecimentos em clube de futebol português.	05-12-2018	Deputada Emília Cerqueira (PSD) a 05-12-2018	Audição Obrigatória efetuada a 9-01-2019	Relatório Final aprovado em 30-01-2019
564/XIII/4	António José Ladeira Soares Neto (1110 assinaturas)	27-11-2018	Solicitam a adoção de medidas com vista ao alargamento dos direitos eleitorais na CPAS	12-12-2018	Deputado José Manuel Pureza (BE) a 12-12-2018	Audição Obrigatória efetuada a 07-02-2019	Relatório Final aprovado em 27-03-2019
568/XIII/4	José Maria de Abreu Peixoto Cordeiro de Sousa (37 assinaturas)	27-11-2018	Solicita a adoção de medidas com vista à promoção da igualdade de género na paternidade e na maternidade.	12-12-2018	Deputada Catarina Marcelino (BE) a 12-12-2018		Relatório Final aprovado em 29-07-2019
569/XIII/4	Maria Inês Prado Sequeira	12-12-2018	Solicita a adoção de medidas com vista a garantir o acesso às Forças Armadas e Policiais, em conformidade com a Declaração Universal dos Direitos Humanos.	03-01-2019	Deliberado não nomear relator/a e convalidar para relatório final		Relatório Final aprovado em 26-02-2019

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

PETIÇÃO	PETICIONANTES	DATA	ASSUNTO	ADMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	AUDIÇÕES OBRIGATÓRIAS	RELATÓRIO FINAL
572/XIII/4	Vitor Miguel Pereira da Silva (4572 assinaturas)	12-12-2018 (remetida à Comissão a 18-12-2018)	Solicitam a criação de grupo de trabalho multidisciplinar, com o objetivo de rever o Regime Jurídico das Armas e suas Munições (RJAM).	03-01-2019	Deputado António Gameiro (PS) a 03-01-2019	Audição Obrigatória não efetuada por impossibilidade de agendamento por parte dos Peticionários	Relatório Final aprovado em 29-07-2019
573/XIII/4	José Manuel Rodrigues de Abreu (13 assinaturas iniciais)	15-01-2019	Alterações legislativas para melhor desempenho e funcionalidades das queixas e reclamações apresentadas aos diversos organismos públicos	Deliberado na reunião de 30-01-2019 Solicitar a especificação do objeto da Petição ao 1.º subscritor Of 112/2019 remetido a 6-02-2019	Findo o prazo proposto para resposta do 1.º subscritor, na ausência desta foi deliberado o arquivamento da petição		Arquivada Of. GPAR n.º 640/XIII/1.ªCAC DLG de 29-07-2019 Concluída na Comissão
576/XIII/4	Davi Costa Batista (440 assinaturas)	15-01-2019	Solicitam a atribuição de nacionalidade portuguesa a cidadãos oriundos de países colonizados com 2 anos de residência.	Liminarmente Indeferida a 30-01-2019			Liminarmente Indeferida a 30-01-2019
578/XIII/3	João Augusto Maldonado Covas		Solicita a declaração de inconstitucionalidade da Circular n.º 1/2016, de 24 de março, da Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública.	Liminarmente Indeferida a 30-01-2019			Liminarmente Indeferida a 30-01-2019
583/XIII/4	Tomás de Carvalho Araújo Moreira (3999 assinaturas)	15-01-2019 (remetida à Comissão a 23-01-2019)	Solicitam alteração legislativa com vista à inclusão do Duque de Bragança na Lei do Protocolo do Estado.	30-01-2019	Deputado Telmo Correia (CDS-PP) a 30-01-2019	Audição Realizada a 09-05-2019	Relatório Final aprovado em 03-07-2019
584/XIII/4	Associação Sindical dos Juizes Portugueses - ASJP	15-01-2019 (remetida à Comissão a 23-01-2019)	Posição dos juizes portugueses sobre o processo de revisão do Estatuto dos Magistrados Judiciais.	Admitida e deliberado convocar de imediato em relatório a 30-01-2019			Relatório Final Aprovado em 30-01-2019

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

PETIÇÃO	PETICIONANTES	DATA	ASSUNTO	ADMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	AUDIÇÕES OBRIGATÓRIAS	RELATÓRIO FINAL
585/XIII/4	Frederico Manuel Carvalho Gil	31-01-2019 (remetida à Comissão a 06-02-2019)	Solicita a adoção de medidas de reparação, no seguimento da publicação do relatório do Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa de 2017.	Liminarmente Indeferida a 20-02-2019			Liminarmente Indeferida a 20-02-2019
589/XIII/4	José Duarte de Almeida Ribeiro e Castro (6813 assinaturas)	31-01-2019 (remetida à Comissão a 06-02-2019)	Solicitam alteração legislativa da lei eleitoral da Assembleia da República.	13-02-2019	Deputada Sandra Pereira (PSD) a 13-02-2019	Audição em 2019-03-07 com José Ribeiro e Castro	Relatório Final Aprovado em 24-04-2019
590/XIII/4	Davi Costa Batista 3 Assinaturas	22-02-2019 (remetida à Comissão a 27-02-2019)	Solicitam a revisão da interpretação que Portugal faz do artigo 5.º da Convenção Europeia sobre a Nacionalidade.	Liminarmente Indeferida a 06-03-2019			Liminarmente Indeferida a 06-03-2019
593/XIII/4	António Henriques Correia de Almeida 112 Assinaturas	19-02-2019 (remetida à Comissão a 27-02-2019)	Solicitam alterações legislativas com vista ao combate à corrupção.	06-03-2019	Deputada Sara Madruça da Costa em 06-03-2019		Relatório Final Aprovado em 29-05-2019
596/XIII/4	Rui Pedro Patrício Cabrita Martins (994 assinaturas)	15-03-2019	Solicitam a alteração do sistema de registo de presenças dos deputados.	Liminarmente Indeferida a 27-03-2019			Liminarmente Indeferida a 27-03-2019
617/XIII/4	Morar em Portugal (1186 assinaturas)	05-04-2019 (remetida à Comissão em 10-04-2019)	Solicitam a concessão de nacionalidade portuguesa a cidadãos originários de países colonizados por Portugal com 2 anos de residência no país.	Liminarmente Indeferida a 02-05-2019			Liminarmente Indeferida a 02-05-2019
618/XIII/4	Dário Valadares Martins Júnior (51 assinaturas)	05-04-2019 (remetida à Comissão em 10-04-2019)	Solicitam a alteração de alguns critérios de concessão de nacionalidade portuguesa	Liminarmente Indeferida a 02-05-2019			Liminarmente Indeferida a 02-05-2019
623/XIII/4	Arménio Francisco Gonçalves Maximino (5532 assinaturas)	30-04-2019 (remetida à Comissão em 06-05-2019)	Solicitam a adoção de medidas contra a deslocalização dos serviços de registo sites na Avenida Fontes Pereira de Melo, n.º 7 a 11, Lisboa.	Admitida em 14-05-2019	Deputado José Manuel Pureza (BE) 14-05-2019	Audição Obrigatória realizada em 05-06-2019	Relatório Final aprovado em 03-07-2019

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

PETIÇÃO	PETICIONANTES	DATA	ASSUNTO	ADMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	AUDIÇÕES OBRIGATÓRIAS	RELATÓRIO FINAL
626/XIII/4	Rui Nuno Figueiredo Correia (26 assinaturas)	30-04-2019 (remetida à Comissão em 06-05-2019)	Contra a prática dos crimes de usurpação de funções de advogado nos Tribunais em Portugal.	Admitida em 14-05-2019 Deliberado na reunião de 14-05-2019 não nomear relator, sendo convalidada a NA			Relatório Final aprovado em 03-07-2019
630/XIII/4	Pedro Petiz Viana (6 assinaturas)	30-05-2019	Solicitam a revogação dos artigos 184.º e 328.º do Código Penal.	Admitida em 12-06-2019, tendo sido deliberado solicitar a junção à Petição 537/XIII/3	Deputado Pedro Delgado Alves (PS)		Relatório Final aprovado em 16-07-2019

• **PENDENTE (1)**

PETIÇÃO	PETICIONANTES	DATA	ASSUNTO	ADMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	AUDIÇÕES OBRIGATÓRIAS	RELATÓRIO FINAL
632/XIII/4	Movimento por Almeida Cidadania Digna e em Segurança (1437 assinaturas)	30-05-2019	Solicitam a adoção de medidas quanto ao Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana de Almeida.	Admitida em 12-06-2019	Deputado Carlos Peixoto (PSD)	Audição Obrigatória	Pendente

8. Audições

Na presente Sessão legislativa, a 1.ª Comissão realizou **40** audições.

- Audições com membros do Governo – **17** (6 Nos termos do n.º 2 do artigo 104.º- do RAR)
- Audições prévias à eleição de entidades externas – **3**
- Audições com outras entidades- **20**

Audições com membros do Governo (17)

Assunto	Entidades	Data
Audição do Ministro da Administração Interna para fazer o ponto de situação sobre o caso do desaparecimento de 57 armas Glocks da sede nacional da PSP, em Lisboa, no final de Janeiro de 2017 (requerimento do Grupo Parlamentar do PSD), e para prestar esclarecimentos sobre o Relatório da Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância (Conselho da Europa) relativamente a Portugal (requerimento do Grupo Parlamentar do BE).	Min. da Administração Interna	2018-10-17
Audição do Ministro da Administração Interna, no âmbito da apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 155/XIII/4.ª (GOV) - Aprova as Grandes Opções do Plano para 2019 e da Proposta de Lei n.º 156/XIII/4.ª (GOV) - Aprova o Orçamento do Estado para 2019	S.E. da Protecção Civil S.E. Adjunta e da Administração Interna Min. da Administração Interna	2018-11-08

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Assunto	Entidades	Data
Audição da Ministra da Presidência e Modernização Administrativa, no âmbito da apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 155/XIII/4.ª (GOV) - Aprova as Grandes Opções do Plano para 2019 e da Proposta de Lei n.º 156/XIII/4.ª (GOV) - Aprova o Orçamento do Estado para 2019	S.E. para a Cidadania e a Igualdade Min. da Presidência e da Modernização Administrativa S.E. Adjunta e da Modernização Administrativa S.E. da Presidência do Conselho de Ministros	2018-11-13
Audição da Ministra da Justiça, no âmbito da apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 155/XIII/4.ª (GOV) - Aprova as Grandes Opções do Plano para 2019 e da Proposta de Lei n.º 156/XIII/4.ª (GOV) - Aprova o Orçamento do Estado para 2019	Min. da Justiça S.E. da Justiça S.E. Adjunta e da Justiça	2018-11-14
Audição ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República (incluindo, como ponto autónomo, o requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE sobre o dispositivo policial na paralisação dos estivadores do porto de Setúbal)	Min. da Administração Interna S.E. Adjunta e da Administração Interna S.E. da Protecção Civil	2019-01-08
Audição sobre Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para, na sequência dos distúrbios ocorridos no Estabelecimento Prisional de Lisboa, esclarecimentos sobre as questões suscitadas pelo descontentamento dos agentes do sistema prisional e Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP para esclarecimentos sobre o que motivou os protestos ocorridos nos estabelecimentos Prisionais de Lisboa e de Custóias e sobre a atuação dos serviços prisionais para pôr fim a estes protestos	Min. da Justiça	2019-01-09
Audição ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República	Min. da Presidência e da Modernização Administrativa S.E. da Presidência do Conselho de Ministros S.E. Adjunta e da Modernização Administrativa S.E. para a Cidadania e a Igualdade	2019-01-22
Audição da Ministra da Presidência e Modernização Administrativa enquanto responsável pela coordenação das políticas públicas de prevenção e combate à violência doméstica [a requerimentos dos GP's do PSD e do PS]	Min. da Presidência e da Modernização Administrativa S.E. para a Cidadania e a Igualdade	2019-02-27
Audição do Ministro da Administração Interna ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República	Min. da Administração Interna S.E. Adjunta e da Administração Interna S.E. da Protecção Civil	2019-03-12
Audição ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do RAR, com a inclusão de dois pontos autónomos, sobre as demissões no Instituto dos Registos e do Notariado [requerimento do GP-PSD] - para esclarecimentos sobre o episódio ocorrido no Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira [requerimento do GP-PSD]	Min. da Justiça S.E. Adjunta e da Justiça S.E. da Justiça	2019-03-13
Audição ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República	Min. da Presidência e da Modernização Administrativa; S.E. da Presidência do Conselho de Ministros; S.E. Adjunta e da Modernização Administrativa; S.E. para a Cidadania e a Igualdade	2019-03-02
Audição para prestar esclarecimentos sobre o processo de integração no Estado dos operacionais das salas de gestão de emergências dos comandos distritais e nacional da ANPC [a requerimento do Grupo Parlamentar do PSD]	S.E. da Protecção Civil S.E. da Administração e do Emprego Público	2019-04-10
Apresentação do Projeto-Piloto de Voto Eletrónico no distrito de Évora, bem como as demais alterações às leis eleitorais	Min. da Administração Interna S.E. Adjunta e da Administração Interna	2019-05-09

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Assunto	Entidades	Data
Audição da Ministra da Justiça ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República	Min. da Justiça S.E. da Justiça S.E. Adjunta e da Justiça	2019-05-14
Audição ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do RAR (incluindo o RASI 2018) e três pontos autónomos: 1 - Para prestar esclarecimentos sobre as eventuais falhas da rede SIRESP no ano de 2017, o incumprimento da anunciada aquisição da maioria do capital social do consórcio gestor da rede SIRESP, bem como a necessidade de respostas sobre a capacidade operativa atual desta rede [requerimento do CDS-PP]; 2 - Quanto à falta de auditoria ao regime de concessão de vistos Gold [requerimento do BE]; 3 - Para prestar esclarecimentos acerca das irregularidades identificadas no Relatório da Auditoria do Tribunal de Contas sobre o Programa Nacional do Fundo para o Asilo, Migração e Integração (FAMI); bem como sobre a possibilidade do SIRESP parar os seus equipamentos de redundância com recurso a satélite por falta de pagamento de uma dívida por parte do Estado e prestar esclarecimentos sobre o último relatório do Observatório Técnico Independente relativo ao incêndio ocorrido em Monchique [requerimento do PSD]	Min. da Administração Interna S.E. Adjunta e da Administração Interna S.E. da Protecção Civil	2019-05-28
Audição ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do RAR	Min. da Presidência e da Modernização Administrativa S.E. da Presidência do Conselho de Ministros S.E. Adjunta e da Modernização Administrativa S.E. para a Cidadania e a Igualdade	2019-06-18
Audição ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do RAR	Min. da Justiça S.E. Adjunta e da Justiça S.E. da Justiça	2019-06-26

Audições prévias à eleição de entidades externas (3)

Assunto	Entidades	Data
Audição dos candidatos ao Conselho Superior de Segurança do Ciberespaço, nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 256.º do RAR e da alínea e) do n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 46/2018, de 13 de agosto (Estabelece o Regime Jurídico da Segurança do Ciberespaço)	Deputado José Magalhães (PS) Deputado Carlos Peixoto (PSD)	2019-01-09
Audição conjunta dos candidatos ao Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal, nos termos do n.º 3 do artigo 256.º do Regimento da Assembleia da República	Luís Filipe Garrido Paes de Sousa Cláudia Maria Cruz Santos Paulo Rios de Oliveira António Carlos Sousa Gomes da Silva Peixoto Mariana Gomes Machado Andrea Carina Machado da Silva Neto	2019-03-14
Audição prévia da candidata a Juíza do Tribunal Constitucional, Prof.ª Doutora Mariana Rodrigues Canotilho, no termos e para os efeitos da alínea h) do artigo 163.º e do artigo 222.º da CRP, e alínea b) do artigo 257.º do Regimento da Assembleia da República	Prof.ª Doutora Mariana Rodrigues Canotilho	2019-03-20

Audições com outras entidades (20)

Assunto	Entidades	Data
Audição para apresentação do Relatório Anual de Atividades relativo ao ano de 2017	Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais	2018-09-26
Audição para apresentação do Parecer sobre o funcionamento do SIRP referente ao ano de 2017. (conjunta com a Comissão de Defesa Nacional)	Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa	2018-12-12

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Assunto	Entidades	Data
Audição da Autoridade Nacional de Proteção Civil sobre a suspensão da participação dos bombeiros na estrutura da ANPC [a requerimento do CDS-PP]	ANPC - Autoridade Nacional de Proteção Civil	2019-01-23
Audição da Liga dos Bombeiros Portugueses sobre a suspensão da participação dos bombeiros na estrutura da ANPC [a requerimento do CDS-PP]	Liga dos Bombeiros Portugueses	2019-01-23
Audição do Observatório Técnico Independente para Análise, Acompanhamento e Avaliação dos Incêndios sobre a suspensão da participação dos bombeiros na estrutura da ANPC [a requerimento do PSD]	Observatório Técnico Independente para Análise, Acompanhamento e Avaliação dos Incêndios	2019-01-30
Audição da Associação Nacional dos Municípios Portugueses sobre a suspensão da participação dos bombeiros na estrutura da ANPC [a requerimento do PSD]	ANMP - Associação Nacional dos Municípios Portugueses	2019-01-30
Audição do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público (SMMP), no âmbito da apreciação da Proposta de Lei n.º 147/XIII/3.ª (GOV) - Aprova o Estatuto do Ministério Público [a requerimento oral do GP do CDS-PP, aprovado em 23-01-2019]	Sindicato dos Magistrados do Ministério Público (SMMP)	2019-02-12
Audição da Diretora do Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira sobre a incidência de queixas recebidas de reclusos daquele estabelecimento prisional.	Maria Fernanda Monteiro da Cunha Barbosa - Diretora do Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira	2019-02-13
Audição da Entidade Fiscalizadora do Segredo de Estado (EFSE) sobre o Relatório Anual de Atividades relativo ao ano de 2018, em cumprimento do disposto na alínea h) do n.º 2 do artigo 4.º e na alínea d) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei Orgânica n.º 3/2014, de 6 de agosto (alterada pela Lei Orgânica n.º 12/2015, de 28 de agosto)	Entidade Fiscalizadora do Segredo de Estado (EFSE)	2019-03-06
Audição da Associação Sindical dos Juizes Portugueses, no âmbito da discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei que "Altera o Estatuto dos Magistrados Judiciais"	Associação Sindical dos Juizes Portugueses (ASJP)	2019-03-26
Audição do Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN, sobre o relatório anual de 2018 acerca do funcionamento da Base de Dados de Perfis de ADN, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea h) do n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 40/2013, de 25 de junho (alterada pela Lei n.º 90/2017, de 22 de agosto)	Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN	2019-04-03
Audição do Professor Doutor Álvaro Santos Pereira, na qualidade de relator do relatório da OCDE sobre as perspetivas económicas para Portugal - Economic Survey - na parte que se refere à reforma da justiça e à corrupção [a requerimento do PSD]	Professor Doutor Álvaro Santos Pereira	2019-04-03
Audição sobre a nova estrutura e orgânica da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) [a requerimento do PSD]	Observatório Técnico Independente para Análise, Acompanhamento e Avaliação dos Incêndios Florestais e Rurais que Ocorram no Território Nacional	2019-04-24
Audição do responsável em Portugal pelo sistema de alerta rápido de campanhas de desinformação que a União Europeia esta a implementar	Embaixador Luís Barreira de Sousa	2019-05-07
Audição do Membro Nacional de Portugal na EUROJUST, para apresentação do Relatório Anual de Atividades referente ao ano de 2018	Procurador-Geral Adjunto, Dr. António Cluny	2019-05-14
Audição do Inspetor-Geral das Atividades Culturais, no âmbito da apreciação na especialidade da Proposta de Lei n.º 170/XIII/4.ª (GOV)	Inspeção Geral das Atividades Culturais	2019-06-11

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Assunto	Entidades	Data
Audição do Diretor-Geral de Reinserção e dos Serviços Prisionais para esclarecimentos acerca de alegadas irregularidades no âmbito da contratação de pessoal de saúde no Estabelecimento Prisional de Coimbra	Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais	2019-06-11
Apresentação do Relatório Anual de Atividades relativo ao ano de 2018, incluindo o relatório do Mecanismo Nacional de Prevenção.	Provedora de Justiça	2019-06-19
Apresentação das soluções tecnológicas para a as comunicações de emergência em Portugal, a partir de 1 de julho de 2021	Grupo de Trabalho criado pelo Despacho n.º 3458/2019	2019-06-27
Audição da Procuradora-Geral da República no âmbito das iniciativas legislativas em apreciação do Grupo de Trabalho - Alterações Legislativas - Crimes de Perseguição e Violência Doméstica (requerimento do PSD) e sobre a adequação do regime de proteção de crianças e jovens em vigor ou a eventual necessidade do seu aprimoramento legislativo (requerimento do PS)	Procuradora-Geral da República	2019-07-04

9. Audiências

Foram concedidas **14** audiências

- Audiências concedidas pelo Presidente da 1.ª Comissão – **4**
- Audiências concedidas pela 1.ª Comissão - **10**

Audiências concedidas pelo Presidente da 1.ª Comissão (4)

Assunto	Entidades	Data
Audiência sobre o funcionamento com o Gabinete de Política Legislativa da Ordem dos Advogados	<i>Dr. José António Barreiros, Presidente do Gabinete de Política Legislativa da Ordem dos Advogados</i>	2018-12-05
Exposição da situação do Senhor Jordi Cuixart, detido em Espanha e acusado de sedição política (conjunta com o Presidente da 2.ª CNECP)	Josep Gimeno Òmnium Cultural International Team	2019-04-04
Audiência da Associação Dignidade	<i>Associação Paula Sequeira Amélia Marina Pina Dignidade (Presidente) Santos</i>	2019-07-06
Apresentação da Associação Portuguesa para a Qualidade de Vida	<i>Associação Portuguesa para a Qualidade de Vida - José Manuel Teixeira (Presidente da Direção) Maria Teresa Carneiro (Presidente da Assembleia-Geral) Paulo Correia (Presidente da Comissão de Ética da APQV)</i>	2019-07-16

Audiências concedidas pela 1.ª Comissão (10)

Assunto	Entidades	Data
Audiência de Miguel Duarte, cidadão que fez parte de uma tripulação de resgate marítimo no Mediterrâneo e que enfrenta uma investigação criminal em Itália por alegado "auxílio à imigração ilegal"	<i>Miguel Duarte</i>	2019-06-27

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Assunto	Entidades	Data
Delegação do Parlamento da Roménia	Deputado Constantin Codreanu (Presidente da Comissão para as Comunidades romenas no estrangeiro do Parlamento da Roménia) Ioana Bivolaru (Embaixadora da Roménia na República Portuguesa) Deputado Nicolae Daniel-Popescu (Vice-Presidente) Deputada Angelica Fador (Membro) Deputado Nicolae Georgescu (Membro) Dr. ^a Irina Tudorache (Conselheira parlamentar) Dr. Mircea Iliescu (Ministro-conselho, Embaixada da Roménia)	2019-06-12
Audiência com membros do Conselho Superior do Ministério Público, magistrados do MP eleitos pelos seus pares, no âmbito da apreciação da Proposta de Lei n.º 147/XIII/3.ª (GOV) - Aprova o Estatuto do Ministério Público	<i>Alexandra Chicharo das Neves</i> <i>André Namora</i> <i>Carlos José do Nascimento Teixeira</i> <i>David Albuquerque Aguiar</i> <i>Francisco Guedes</i> <i>Luís Martins</i> <i>Pedro Branquinho Ferreira Dias</i>	2019-03-27
Audiência com Fénix - Associação Nacional de Bombeiros e Agentes de Proteção Civil, no âmbito da temática Proteção Civil	Carlos Silva (Presidente)	2019-03-07
Audiência do Sindicato dos Trabalhadores dos Registos e do Notariado - Lei Fundamental e direito à greve	Arménio Maximino (Presidente do Conselho Diretivo) Maria da Luz Moreira (Dirigente) Maurício Rodrigues (Dirigente)	2019-02-21
Audiência com os membros eleitos pela Assembleia da República para o Conselho Superior do Ministério Público, no âmbito da apreciação da Proposta de Lei n.º 147/XIII/3.ª (GOV) - Aprova o Estatuto do Ministério Público	<i>Membros Eleitos pela Assembleia da República para o Conselho Superior do Ministério Público</i> Manuel de Magalhães e Silva Alfredo José Leal Castanheira Neves José António de Melo Pinto Ribeiro António José Barradas Leitão João Luís Madeira Lopes	2019-02-12
Audiência com o Sindicato Nacional do Corpo da Guarda Prisional - SNCGP	Jorge Alves (Presidente) Jorge Ramos (Membro da Direção) João Gaspar (Membro da Direção) Pedro Silvério (Membro da Direção) Nuno Silva Paulo Quitério Dr. ^a Maria do Céu Barata	2019-01-31
Audiência concedida a pedido da APBV, na sequência do requerimento apresentado pelo GP do CDS-PP, em 10 de dezembro de 2018, para audição do Presidente da LBP, do Presidente da ANPC e do Sr. Ministro da Administração Interna sobre a suspensão da participação dos bombeiros na estrutura da ANPC	<i>Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários (APBV)</i> João Marques (Vice-presidente) Rui Alberto Moreira da Silva (Presidente) Sérgio Santos (Diretor)	2019-01-24
Audiência para apresentação das conclusões do relatório do ACNUR "Mapeamento da Apátrida em Portugal" e respetivas recomendações	<i>Ana Sofia Barros - Consultora do ACNUR</i>	2018-12-20
Audiência concedida no Visita de Trabalho de uma Delegação de Deputados do Parlamento da República Checa Conjunta com o 2-GT-Audição de Peticionantes -XIII da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias	<i>Delegação de Deputados da Comissão de Petições da Câmara de Deputados do Parlamento da República Checa</i> Helena Válková (Presidente) Leo Luzar (Deputado) Alena Gajduskova (Deputada) Eva Matyasova (Deputada) Jitka Lipenska (Departamento de Relações Internacionais do Parlamento da República Checa) Petr Selepa (Embaixador da República Checa em Portugal)	2018-11-20

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

10. Eventos

Eventos (2)

Tipo	Designação	Local	Data
Cerimónia	Cerimónia de entrega do Prémio Direitos Humanos 2018	Sala do Senado da Assembleia da República	2018-12-10
Conferência	Estado de Direito e Segurança	Auditório António Almeida Santos	2019-04-23

11. Representações / Deslocações / Visitas

Representações / Deslocações (29)

Tipo	Assunto	Local	Data
Representação	Sessão solene de Abertura do Ano Académico 2018-2019	Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa	De 2018-09-20 a 2018-09-20
Representação	Gala ANJAP sobre o tema "O Futuro da Advocacia"	Pavilhão Carlos Lopes, em Lisboa	De 2018-09-21 a 2018-09-21
Representação	Conferência Internacional "Combate à Corrupção - Perspetivas de Futuro"	Auditório da Torre do Tombo, na Alameda da Universidade, Lisboa	De 2018-09-21 a 2018-09-21
Representação	Terceira reunião do Grupo Especializado de Controlo Parlamentar Conjunto (GCPC) da Europol, cujo tema é: Programa Plurianual Europol 2019 - 2021	Bruxelas	De 2018-09-24 a 2018-09-25
Representação	Cerimónia de atribuição do título de Doutor Honoris Causa pela Universidade de Lisboa a Manuel Alegre de Melo Duarte	Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa	De 2018-10-02 a 2018-10-02
Representação	Receção por ocasião do dia da Unidade Alemã	Embaixada da República da Alemanha, Restelo - Lisboa	De 2018-10-03 a 2018-10-03
Representação	Reunião Interparlamentar sobre direitos fundamentais na integração dos ciganos e no combate contra o antagonismo face ao povo cigano	Parlamento Europeu, Bruxelas	De 2018-10-18 a 2018-10-18
Representação	Jornadas de Estudos 2018 - Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução	Fórum Lusa Todi-Setúbal	De 2018-10-19 a 2018-10-19
Representação	Conferência "The national life of the EU Charter of fundamental rights"	House of the European Union, Vienna, Áustria	De 2018-10-23 a 2018-10-24
Representação	Conferência "Integridade e dignidade - prevenir o Trato Desumano"	Fundação Champalimaud	De 2018-11-06 a 2018-11-06

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Tipo	Assunto	Local	Data
Representação	Global Council for Tolerance and Peace - II Session - International Parliament for Tolerance and Peace	Tirana - Albânia	De 2018-11-14 a 2018-11-16
Representação	Reunião Interparlamentar - Human rights and the external actions of the E.U and Member States	Parlamento Europeu - Bruxelas	De 2018-11-20 a 2018-11-20
Representação	Seminário "Os Direitos Humanos hoje - 70 anos da Declaração Universal"	Auditório do Conselho Universal de Educação	De 2018-11-26 a 2018-11-26
Representação	Conferência Comemorativa dos 70.º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos	Biblioteca da Rainha - Ministério do Negócios Estrangeiros	De 2018-11-27 a 2018-11-27
Representação	Conferência Internacional em Comemoração dos setenta Anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos	Escola de Direito da Universidade do Minho	De 2018-12-04 a 2018-12-04
Representação	Sessão Comemorativa do 70.º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos (em representação de S. Ex.ª o Presidente da Assembleia da República)	Salão Nobre da Ordem dos Advogados	De 2018-12-11 a 2018-12-11
Representação	Inauguração do Centro de Acolhimento para Refugiados (CARI) do Conselho Português para os Refugiados (CPR) (em representação de S. Ex.ª o Presidente da Assembleia da República)	São João da Talha - Loures	De 2018-12-19 a 2018-12-19
Representação	Prémio Teresa Rosmaninho - Direitos Humanos, Direitos das Mulheres	Clube dos Fenianos, no Porto	De 2019-01-24 a 2019-01-24
Representação	XII Encontro de Professores de Direito Público	Escola de Direito da Universidade do Minho	De 2019-01-25 a 2019-01-25
Representação	XIV Encontro Nacional da Pastoral Penitenciária	Santuário de Fátima	De 2019-02-09 a 2019-02-09
Representação	Reunião do Grupo Especializado de Controlo Parlamentar Conjunto (GCPC) da Europol, na vertente parlamentar da Presidência Romena do Conselho da União Europeia	Bucareste - Roménia	De 2019-02-24 a 2019-02-25
Representação	Conversas sobre Violência Doméstica [em representação de S. Ex.ª o Presidente da Assembleia da República]	Casa do Concelho de Castro Daire, Marvila, Lisboa	De 2019-03-27 a 2019-03-27
Representação	Lançamento do Livro "Tráfico de Seres Humanos", da Editorial Cáritas	Espaço Santa Catarina da Junta de Freguesia da Misericórdia, em Lisboa	De 2019-03-28 a 2019-03-28
Representação	V Encontro Internacional de Causas e Valores da Humanidade - Terra Justa [Dia dedicado à Obra Vicentina Auxílio aos Reclusos - OVAR]	Teatro/Cinema de Fafe	De 2019-04-04 a 2019-04-04
Representação	III Congresso Internacional Violência, Crime e Desvio - debate sobre " Mediatização da Justiça ou Justiça Mediática? "	Auditório da Universidade Fernando Pessoa, no Porto	De 2019-04-05 a 2019-04-05
Representação	Colóquio sobre "A Descriminalização dos Atos de Comunicação ao Público de Fonogramas e Videogramas Editados Comercialmente"	Auditório António Almeida Santos	De 2019-04-10 a 2019-04-10
Representação	Conferência - Informação e Desinformação na Era Digital	Sala do Senado da Assembleia da República	De 2019-04-15 a 2019-04-15

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Tipo	Assunto	Local	Data
Representação	Sessão de apresentação livro "O Ideário Constitucional no Parlamento dos Jovens", do Deputado Porfírio Silva	Biblioteca Passos Manuel da Assembleia da República	De 2019-05-08 a 2019-05-08
Representação	Sessão de Abertura do Congresso sobre a Convenção Europeia dos Direitos Humanos e os Protocolos Adicionais [em representação de S. Ex.ª o Presidente da Assembleia da República]	Escola do Porto da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa	De 2019-06-04 a 2019-06-04

12. Subcomissões

- **Subcomissão de Ética**

A [Subcomissão de Ética](#) da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias é composta por 14 Deputados, nos termos seguintes:

MEMBROS EFETIVOS	
Luís Marques Guedes, <i>Presidente</i>	PSD
Paulo Rios de Oliveira Sara Madruga da Costa	PSD
Fernando Anastácio Pedro Delgado Alves	PS
José Manuel Pureza	BE
António Carlos Monteiro	CDS-PP
Jorge Machado	PCP
José Luís Ferreira	PEV
MEMBROS SUPLENTE	
Hugo Lopes Soares Pedro Pimpão	PSD
António Gameiro Susana Amador	PS
Sandra Cunha	BE

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

A Subcomissão de Ética realizou [vinte oito reuniões](#)

O [Grupo de Trabalho - Registo de Interesses](#) da [Subcomissão de Ética](#) realizou 4 reuniões

- **Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação**

A [Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação](#) da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias é composta por 15 Deputados, nos termos seguintes:

MEMBROS EFETIVOS	
Elza Pais , <i>Presidente</i>	PS
Ângela Guerra Sandra Pereira	PSD
Isabel Alves Moreira Susana Amador	PS
Sandra Cunha	BE
Nuno Magalhães	CDS-PP
Rita Rato	PCP
José Luís Ferreira	PEV
MEMBROS SUPLENTEs	
Laura Monteiro Magalhães Margarida Balseiro Lopes Maria Germana Rocha	PSD
C Marcelino Edite Estrela	PS
José Manuel Pureza	BE

A Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação realizou [dezanove reuniões](#), [nove audições](#) (4 audições conjuntas e 2 audições públicas), [seis audiências](#), [três eventos](#), [oito visitas de trabalho](#) e esteve representada em [dois eventos](#).

Audições – 9

Assunto	Entidades	Data
Audição conjunta no âmbito da apreciação da Proposta de Lei n.º 117/XIII/3.ª (GOV) - Altera a lei da paridade nos órgãos do poder político	UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta Professor André Freire; Professor Pedro Magalhães	2018-09-18

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Assunto	Entidades	Data
Audição sobre o 5.º Relatório da EARHVD [Dossiê n.º1/2018-AC]	Equipa de Análise Retrospectiva de Homicídio em Violência Doméstica	2019-01-08
Audição Pública à Comunidade de Afrodescendentes e à Comunidade Brasileira, no âmbito da preparação do Relatório a elaborar sobre racismo, xenofobia, e discriminação étnico-racial em Portugal	Casa do Brasil; Amnistia Internacional Portugal; Djass – Associação de Afrodescendentes; Associação Cabo-verdiana; Associação Cultural Moinho da Juventude	2019-02-08
Audição Pública à comunidade cigana, preparatório do relatório a elaborar sobre Racismo, Xenofobia e Discriminação Étnico-Racial em Portugal	Letras Nómadas - Associação de Investigação e Dinamização das Comunidades Ciganas; Associação SOS Racismo; AMEC - Associação de Mediadores Ciganos em Portugal; Associação Sibala Dinâmica; EAPN Portugal / Rede Europeia Anti-Pobreza	2019-03-19
Audição conjunta de especialistas das Comunidades Ciganas no âmbito da preparação do Relatório a elaborar sobre racismo, xenofobia, e discriminação étnico-racial em Portugal	Olga Magano; Mirna Montenegro; Maria do Rosário Carneiro; Daniel Seabra Lopes	2019-04-30
Audição conjunta a especialistas das Comunidades Afrodescendentes e Brasileira no âmbito do Relatório Racismo, Xenofobia e Discriminação Étnico-Racial em Portugal	Catarina Reis Oliveira (Observatório das Migrações), Mamadu Ba (SOS Racismo), André Costa Jorge (Serviço Jesuítas aos Refugiados), Cristina Roldão (Investigadora CIES-IUL), Miguel Vale de Almeida (Professor ISCTE-IUL), Marta Araújo (Universidade de Coimbra), Mafalda Troncho (OIT) e Rui Pena Pires (Investigador ISCTE - IU	2019-05-13
Audição conjunta de entidades públicas, no âmbito do Relatório sobre racismo, xenofobia e discriminação étnico-racial em Portugal	Alto-Comissariado para as Migrações; Inspeção-geral da Administração Interna; Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais; Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P.; Autoridade para as Condições do Trabalho - ACT; Direção-Geral da Educação; DGEstE - Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares; Guarda Nacional Republicana; Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública	2019-05-31
Audição conjunta no âmbito Relatório sobre racismo, xenofobia e discriminação étnico-racial em Portugal	Isabel Oneto (S.E. Adjunta e da Administração Interna) João Costa (S.E. da Educação) Miguel Cabrita (S.E. do Emprego)	2019-06-26
Audição sobre o Relatório Final da Comissão Técnica Multidisciplinar para a Melhoria da Prevenção e Combate à Violência Doméstica. (Requerimento do GP PS)	Rosa Monteiro (S.E. para a Cidadania e a Igualdade)	2019-07-18

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Audiências – 5

Assunto	Entidades	Data
Audiência para troca de impressões sobre a participação política das mulheres e a lei de Paridade em Portugal.	Dr.ª Lúcia Passos - Deputada da Assembleia Nacional de Cabo Verde; Dr.ª Paula Moedas - Deputada da Assembleia Nacional de Cabo Verde	2018-09-17
Audiência sobre o enquadramento legal da prostituição na Nova-Zelândia: Sua apresentação e abordagem comparativa com modelos de políticas públicas alternativas de outros países. O modelo defendido pelas sobreviventes da prostituição	Sabrinna Valisce, da Nova Zelândia; Ana Sofia Fernandes, Vice-Presidente do Lobby Europeu das Mulheres; Alexandra Silva, Presidente da Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres	2018-09-25
Audiência sobre Violência Doméstica	Antónia Maria Montalto Caeiro Costa Rodrigues	2018-09-26
Audiência da Federação Portuguesa de Corfebol	Federação Portuguesa de Corfebol Eng.º Mário Almeida (Presidente) Dr.ª Paula Gomes (Secretária Geral)	2019-07-02
Audiência concedida no âmbito do Projeto de Lei n.º 1190/XIII/4.ª (PS) - "Altera o Código Civil, estabelecendo o princípio da residência alternada do filho em caso de divórcio, separação judicial de pessoas e bens, declaração de nulidade ou anulação do casamento dos progenitores	Dra. Maria do Céu Cunha Rego	2019-06-06
Apresentação do trabalho desenvolvido na promoção da igualdade de género na União Europeia e junto dos Estados Membros	Instituto Europeu para a Igualdade de Género Zivile Macijauskiene (EIGE) Mira Banerjee (EIGE) Helena Morais Maceira (EIGE)	

Eventos – 3

Tipo	Designação	Local	Data
Debate	Café da Igualdade: "Mulheres, Igualdade e a Europa"	Biblioteca Manuel Passos	2019-03-08
Conferência	Conferência "A Violência doméstica como crime violento"	Sala do Senado	2019-03-29
Conferência	Racismo, Xenofobia e Discriminação Étnico-Racial em Portugal	Auditório António Almeida Santos	2019-07-09

Representações - 3

Assunto	Local	Data
Encontro "Estrategias Legales para el Empoderamiento Económico de las Mujeres"	Madrid - Espanha	De 2018.10.22 A 2018.10.23
Fórum Social Violência Contra Mulheres e Públicos Vulneráveis - Prevenção, Intervenção, Recursos e Respostas	Sala da Assembleia Municipal do Edifício da Galeria Municipal do Montijo	De 2018.12.04 a 2018.12.04
Reunião Interparlamentar realizada no âmbito do Dia Internacional da Mulher, subordinada ao tema. "O poder das mulheres na Política" e no Conselho Europeu das Mulheres	Parlamento Europeu - Bruxelas	De 2019.03.06 2019.03.07

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Visitas de Trabalho -8

Assunto	Local	Data
Visita de trabalho a Bragança para acompanhamento da comunidade cigana e imigrante (no âmbito da elaboração de um relatório sobre racismo, xenofobia, e discriminação étnico-racial em Portugal)	Bragança	De 2019.02.10 a 2019.02.11
Visita de trabalho a Coimbra para acompanhamento da comunidade cigana e imigrante (no âmbito da elaboração de um relatório sobre racismo, xenofobia, e discriminação étnico-racial em Portugal)	Coimbra	De 2019.04.16 a 2019.04.16
Visita de trabalho a Moura para acompanhamento da comunidade cigana e imigrante (no âmbito da elaboração de um relatório sobre racismo, xenofobia, e discriminação étnico-racial em Portugal)	Moura	De 2019.05.06 a 2019.05.06
Visita de trabalho à Amadora para acompanhamento das comunidades Afrodescendentes e Brasileira (no âmbito da elaboração de um relatório sobre racismo, xenofobia, e discriminação étnico-racial em Portugal)	Amadora	De 2019.06.14 a 2019.06.14
Visita de trabalho a Loures para acompanhamento das comunidades Afrodescendentes e Brasileira (no âmbito da elaboração de um relatório sobre racismo, xenofobia, e discriminação étnico-racial em Portugal)	Loures	De 2019.06.28 a 2019.06.28
Visita de trabalho a Setúbal, Moita e Seixal para acompanhamento das comunidades Afrodescendentes, Brasileira e Cigana (no âmbito da elaboração de um relatório sobre racismo, xenofobia, e discriminação étnico-racial em Portugal)	Setúbal, Moita e Seixal	De 2019.07.01 a 2019.07.01
Visita e reunião de trabalho ao Estabelecimento Prisional de Tires	Tires - Lisboa	De 2019.07.02 a 2019.07.02
Visita e reunião de trabalho ao Estabelecimento Prisional do Linhó	Linhó - Alcabideche	De 2019.07.08 a 2019.07.08

13. Grupos de Trabalho

- Na 4.ª Sessão Legislativa foram constituídos os seguintes [Grupos de Trabalho](#):

A 3 de janeiro de 2019, por deliberação da Comissão foi constituído o [Grupo de Trabalho - Alteração ao Regime Jurídico das Armas e suas Munições](#), que na presente Sessão Legislativa realizou 7 [reuniões](#), 4 [audições](#), cuja composição é a seguinte:

Nome	Grupo Parlamentar
António Gameiro	PS - Coordenador
Andreia Neto	PSD
José Manuel Pureza	BE
Telmo Correia	CDS-PP
António Filipe	PCP
Suplentes	
Vânia Dias da Silva (suplente)	CDS-PP

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

A 13 de fevereiro de 2019, por deliberação da Comissão foi constituído o [Grupo de Trabalho - Alteração do Código Penal e Código Processo Penal sobre maus-tratos a animais \(PJM 724/XIII/3.ª - PAN e 999/XIII/3.ª - PAN\)](#), realizou 2 [reuniões](#) e 1 [audição](#), encontrando-se concluída a sua atividade.

O Grupo de Trabalho teve a seguinte composição:

Nome	Grupo Parlamentar
Carlos Abreu Amorim	PSD - Coordenador
Pedro Delgado Alves	PS
José Manuel Pureza	BE
Vânia Dias da Silva	CDS-PP
António Filipe	PCP
André Silva	PAN

A 13 de fevereiro de 2019, por deliberação da Comissão foi constituído o [Grupo de Trabalho - Estatuto dos Magistrados Judiciais \(PPL 122/XIII/3.ª - GOV\) e Estatuto do Ministério Público \(PPL 147/XIII/3.ª - GOV\)](#), que realizou 6 [reuniões](#), encontrando-se concluída a sua atividade.

O Grupo de Trabalho teve a seguinte composição

Nome	Grupo Parlamentar
Fernando Anastácio	PS - Coordenador
Andreia Neto	PSD
Carlos Peixoto	PSD
Jorge Lacão	PS
José Manuel Pureza	BE
Vânia Dias da Silva	CDS-PP
António Filipe	PCP

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

A 24 de abril de 2019, por deliberação da Comissão foi constituído o [Grupo de Trabalho - Alterações Legislativas - Crimes de Perseguição e Violência Doméstica](#), que realizou 6 [reuniões](#) e 2 [audições](#), encontrando-se concluída a sua atividade.

O Grupo de Trabalho teve a seguinte composição

Nome	Grupo Parlamentar
Sandra Pereira	PSD - Coordenadora
Ângela Guerra	PSD
Isabel Alves Moreira	PS
Sandra Cunha	BE
Vânia Dias da Silva	CDS-PP
António Filipe	CDS-PP

Na 4.ª Sessão Legislativa mantiveram-se em funcionamento os seguintes Grupos de Trabalho:

O [Grupo de Trabalho – Audição de Peticionantes](#), constituído a 17 de janeiro de 2015 por deliberação da Comissão, prosseguiu a sua atividade tendo realizado 9 [reuniões](#), 7 [audições](#) e 2 [audiência](#), não tendo sofrido alteração na sua composição:

Nome	Grupo Parlamentar
Sara Madruga da Costa	PSD - Coordenadora
António Gameiro	PS
Sandra Cunha	BE
Vânia Dias da Silva	CDS-PP
António Filipe	PCP
José Luís Ferreira	PEV

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

O [Grupo de Trabalho - Iniciativas Legislativas sobre Direitos da Criança](#) constituído a 17 de janeiro de 2018 por deliberação da Comissão, prosseguiu a sua atividade tendo realizado 2 [reuniões](#), 1 [audição](#), não tendo sofrido alteração na sua composição:

Nome	Grupo Parlamentar
Andreia Neto	PSD - Coordenadora
Susana Amador	PS
Sandra Cunha	BE
Filipe Anacoreta Correia	CDS-PP
Diana Ferreira	PCP
Suplentes	
Teresa Morais	PSD
Elza Pais	PS

O [Grupo de Trabalho - Inquéritos Parlamentares](#) constituído a 17 de janeiro de 2018 por deliberação da Comissão, prosseguiu a sua atividade tendo realizado 4 [reuniões](#), encontrando-se concluída a sua atividade.

O Grupo de Trabalho teve a seguinte composição

Nome	Grupo Parlamentar
Jorge Lacão	PS - Coordenador
Fernando Negrão	PSD
Luís Marques Guedes	PSD
Fernando Anastácio	PS
José Manuel Pureza	BE
João Pinho de Almeida	CDS-PP
António Filipe	PCP
Suplentes	
Telmo Correia	CDS-PP

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

O [Grupo de Trabalho - Regulamento Geral da Proteção de Dados](#), constituído a 23 de maio de 2018, por deliberação da Comissão prosseguiu a sua atividade tendo realizado 17 [reuniões](#), 1 [audição](#) e 1 [audiência](#), encontrando-se concluída a sua atividade.

O Grupo de Trabalho teve a seguinte composição

Nome	Grupo Parlamentar
Andreia Neto	PSD - Coordenadora
Carlos Abreu Amorim	PSD
Pedro Delgado Alves	PS
José Manuel Pureza	BE
Vânia Dias da Silva	CDS-PP
António Filipe	PCP

O [Grupo de Trabalho - Júri Prémio Direitos Humanos 2018](#), constituído a 5 de maio de 2018, por deliberação da Comissão prosseguiu a sua atividade tendo realizado 2 [reuniões](#) e manteve-se em funcionamento até ao dia 10 de dezembro de 2018 [[Cerimónia de entrega do Prémio Direitos Humanos 2018](#)], não tendo sofrido alteração na sua composição:

Nome	Grupo Parlamentar
Bacelar de Vasconcelos	PS - Coordenador
José de Matos Correia	PSD
Filipe Neto Brandão	PS
José Manuel Pureza	BE
Telmo Correia	CDS-PP
António Filipe	PCP
José Luís Ferreira	PEV